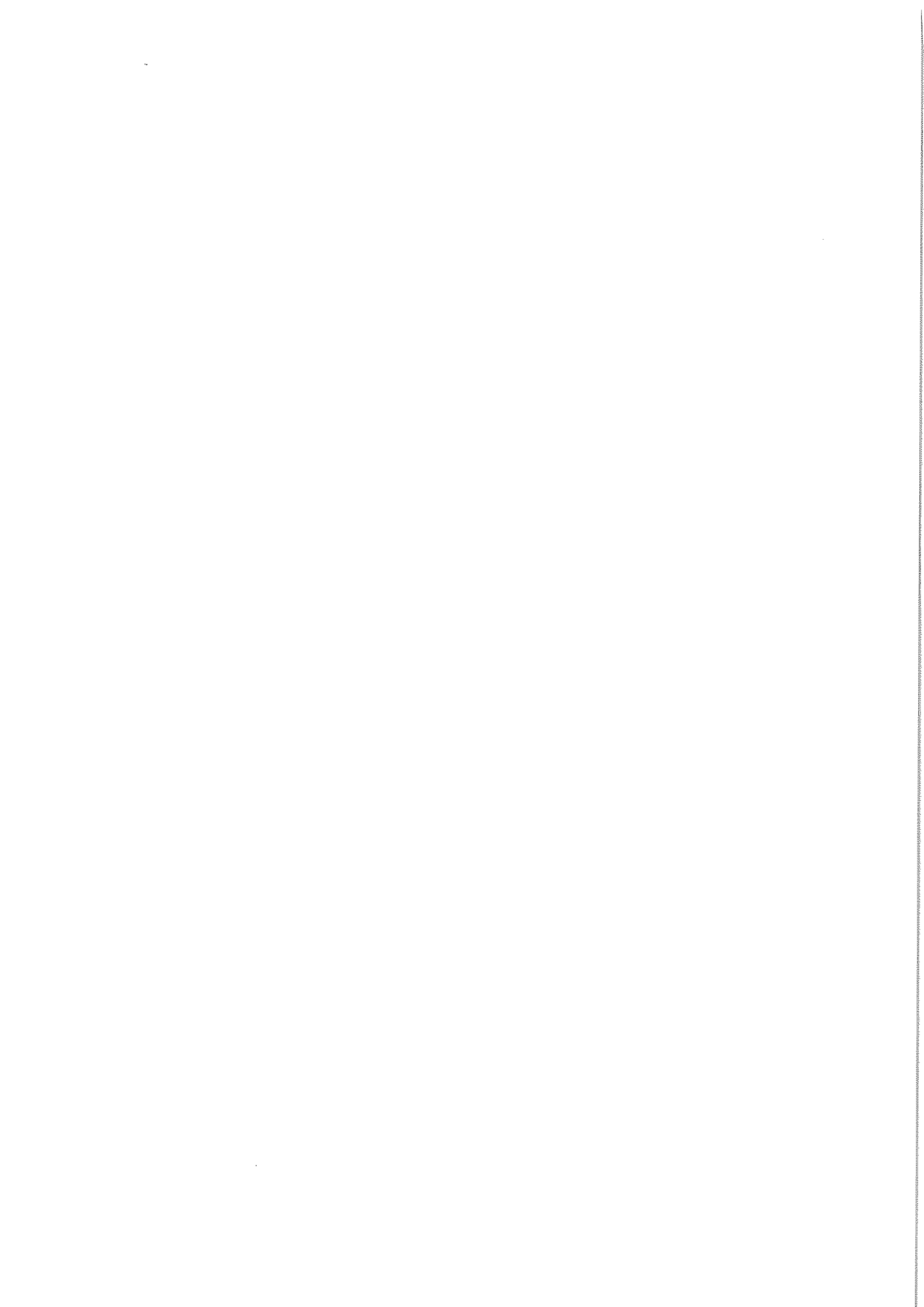


TAVIRAVERDE
EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE
E.M.

Relatório e Contas
2016





Índice

Órgãos Sociais	1
Relatório de Gestão	2
1. Enquadramento do ano	3
2. Caracterização de Clientes	5
3. O plano de atividades	6
4. Águas de Abastecimento	13
4.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento	13
4.2. Controlo da Qualidade de Água	14
4.3. Zonas de Medição e Controlo (ZMC)	15
4.4. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EEAA)	16
5. Saneamento	17
5.1. Controlo da qualidade dos efluentes	17
5.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)	18
5.3. Diminuição das infiltrações nas redes	18
6. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana	19
6.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores	20
7. Jardins	21
7.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins	23
7.2. Praga das palmeiras em Portugal	23
7.3. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos	24
8. Limpeza de Praias	24
9. Limpeza Urbana	26
10. Sistema Gestão da Qualidade	26
10.1. Auditorias Externas e Internas	27
10.2. Ações de Melhoria	28
10.3. Reclamações e Sugestões de Clientes	29
10.4. Avaliação da Satisfação dos Clientes	29
10.5. Avaliação de Fornecedores	30
11. Atividades de Educação Ambiental	30
12. Recursos Humanos	33
13. Investimento	37
14. Situação económica ou financeira	38
15. Proposta de aplicação de resultados	43
16. Agradecimentos	44
Demonstrações Financeiras	45
Balanço	46
Demonstração de resultados por naturezas	48
Demonstração de fluxos de caixa	49
Anexo	53
Relatório e Parecer do Fiscal Único	85



ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente:

João Carlos de Almeida Vidal

Secretário:

Maria Virgínia Dias Chaves Ramos Cabrita Silva

Conselho de Administração

Presidente:

Jaime Luís Fernandes Costa

Vogais:

António Manuel Dias Chaves Ramos

João Pedro da Conceição Rodrigues

Revisor Oficial de Contas

Sociedade:

Isabel Paiva, Miguel Galvão e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por João Miguel Pinto Galvão

Suplente: José Luís Guerreiro Nunes

[Handwritten signatures in blue ink]

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. Enquadramento do ano

No ano de 2016, e à semelhança dos anos anteriores, foram cumpridos a quase totalidade dos objetivos operacionais do Plano de Atividades e do orçamento. Podemos salientar os seguintes fatores como os mais influentes:

- Por razões alheias à empresa, a Câmara Municipal de Tavira decidiu adiar a aprovação e celebração do contrato programa para Limpeza Urbana para final de 2017. Por esta razão não pôde ser finalizado o contrato de gestão delegada como previsto.
- A empresa contraiu um empréstimo de 5 milhões de €, de forma a reestruturar os seus financiamentos.
- A empresa continuar a cumprir os requisitos de atribuição dos selos de qualidade de serviço da ERSAR.
- Foi iniciada a utilização das lagoas de tratamento de águas residuais para armazenamento dos caudais pluviais afluentes à rede de saneamento. Dados os poucos dados disponíveis, não é ainda possível analisar os resultados.
- Foi aprovada uma candidatura ao POSEUR, no valor aproximado de 450.000 €, para realização de complementos da rede de saneamento.
- Foi concluída a 1ª fase do Plano de Segurança de Água (PSA) da Taviraverde, tendo sido produzido e validado o documento final que constitui o PSA.
- Foi concluída a 1ª fase do Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (PGPI) da Taviraverde, tendo sido produzido o documento Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas 2016-2035 e uma fase preliminar do documento Plano Tático de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (2016-2018).
- Foi iniciada a participação da Taviraverde no programa de Gestão de Perdas e Energia (PGPE), que tem por objectivo apoiar as Empresas participadas pela AGS, no desenvolvimento e implementação de um Plano Integrado de Gestão de Perdas de Água e Energia, dando cumprimento às estratégias definidas no âmbito da Gestão Patrimonial de Infraestruturas.

O quadro seguinte mostra a evolução dos consumos em valores absolutos e percentuais. Ainda que pequeno verificou-se um aumento no consumo médio geral e doméstico.

ANO	CONSUMOS MÉDIOS (m ³ /mês)			
	TIPOS		Variação Anual	
	CLIENTES	DOMÉSTICOS	CLIENTES	DOMÉSTICOS
2006	9,36	7,20	2,56%	-9,72%
2007	9,60	6,50		
2008	9,40	6,36	-2,08%	-2,15%
2009	9,27	6,23	-1,38%	-2,04%
2010	8,28	5,90	-10,64%	-5,27%
2011	7,84	5,77	-5,35%	-2,23%
2012	7,56	5,40	-3,63%	-6,33%
2013	6,79	5,36	-10,19%	-0,90%
2014	7,39	5,26	8,87%	-1,73%
2015	7,42	5,28	0,43%	0,35%
2016	7,56	5,40	2,27%	2,68%

As receitas totais foram de 10.444.797 €, a EBITDA foi 1.821.970 € e o resultado antes de impostos foi de 1.149.326 €.

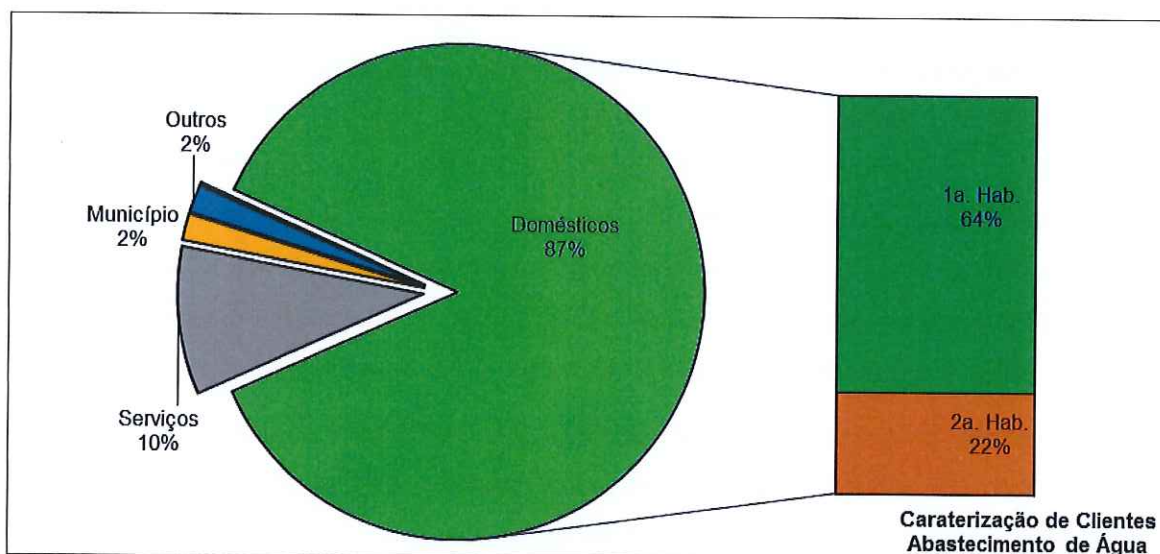
A atualização do tarifário, no valor de 1,20%, está de acordo com a taxa recomendada pela ERSAR. Os indicadores de Acessibilidade Económica de cada um dos serviços, calculados de acordo com a ERSAR, continuam com a classificação de BONS, com os valores de 0,42%, 0,39%, e 0,38% respetivamente para o abastecimento da água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), (esclarece-se que os indicadores de acessibilidade económica do serviço são calculados com base na percentagem do custo de um consumo doméstico médio (10m³/mês) sobre o rendimento médio familiar anual no Concelho, classificando-se de 0 a 0,50% como boa, de 0,50% a 1,0% como mediana e superior a 1,0% como insatisfatória).

No que respeita aos contratos de gestão (contrato de gestão para a manutenção de espaços verdes públicos do concelho de Tavira e contrato de gestão para limpeza de praias), celebrados com o Município, verificou-se que continuam a ser cumpridos.

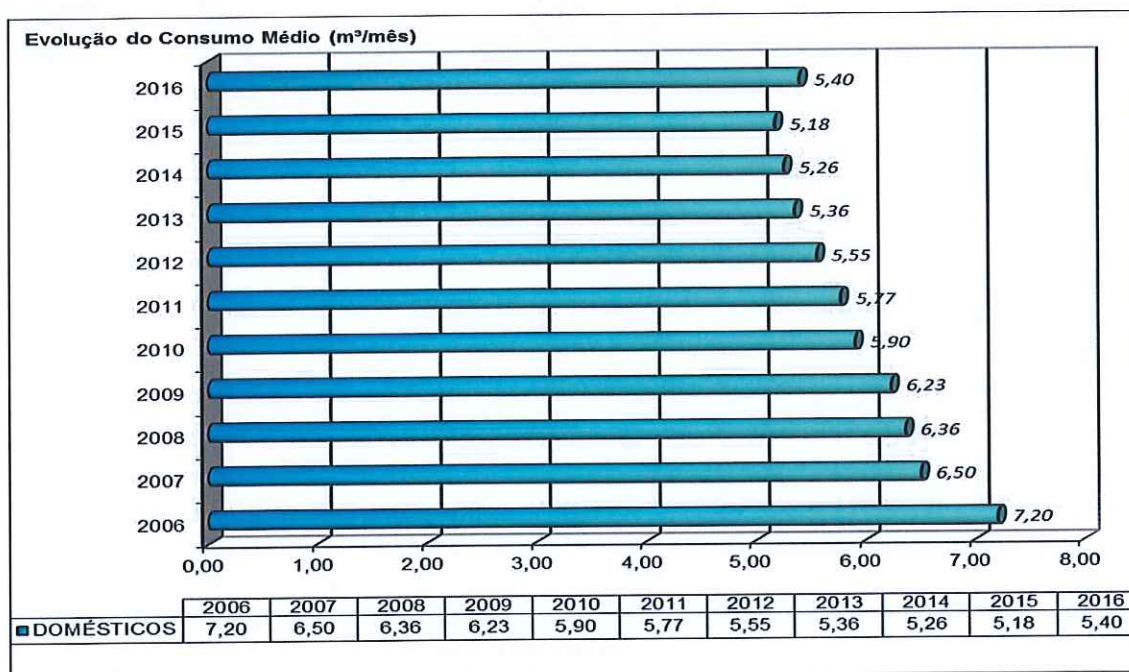
2. Caracterização de Clientes

A caracterização dos clientes da Tavraverde no ano de 2016 é a que se indica no quadro seguinte:

CARACTERIZAÇÃO DE CLIENTES	2015			2016		
	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA	CLIENTES	CONSUMOS	GRAU COBERTURA
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	21 792	1 940 286	87%	22 136	2 006 970	88%
CLIENTES DOMÉSTICOS	18 877	1 196 511		19 236	1 247 568	
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2 482	584 042		2 436	589 392	
OUTROS	397	153 419		428	160 927	
PRÓPRIOS	36	6 314		36	9 083	
ÁGUAS RESIDUAIS	19 428	1 459 980	80%	19 805	1 528 554	81%
CLIENTES DOMÉSTICOS	17 259	1 052 065		17 701	1 111 962	
CLIENTES NÃO DOMÉSTICOS	2 062	358 516		1 993	365 495	
OUTROS	107	49 399		111	51 097	
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (T)	15.943 (Ton)		97%	16810 (Ton)		97%



Os consumos médios, dos clientes domésticos, tiveram um ligeiro aumento como indicado no gráfico seguinte:



3.0 plano de atividades

O plano de atividades da empresa no ano de 2016 foi delineado de acordo com os Objetivos Gerais descritos no quadro seguinte.

O quadro descreve o resultado final da atividade obtido através da monitorização periódica do Plano definido. A taxa de cumprimento dos objetivos definidos foi de 85%, tendo os desvios sido analisados e tratados em reuniões mensais de coordenação.

A. Abastecimento de Água

Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
Redução das perdas de água	Controlo de perdas de água	1.1.1	Perdas de Água Totais na Rede - em percentagem	≤17%	17,5%	NOK
		1.1.2	Perdas de Água Totais na Rede - em volume	≤100%	107%	NOK
	Controlo de substituição de contadores	1.2.1	Taxa de substituição de contadores antigos	≥98%	98%	OK
	Campanha de deteção de fugas	1.3.1	Taxa de cumprimento da deteção direta - inspeção e correção de 1 ZMC por semana	≥95%	106%	OK
	Controlo da selagem de contadores	1.4.1	Acompanhamento ao plano de selagem de contadores	0	796	NOK
Melhoria da qualidade do serviço e dos indicadores de gestão e produtividade	Controlo da qualidade da água de abastecimento	2.1.1	Taxa de cumprimento dos valores paramétricos de análises obrigatórias - PCQA	≥99%	100%	OK
		2.1.2	Taxa de cumprimento dos valores paramétricos do Controlo Operacional	≥95%	100%	OK
		2.1.3	Taxa de cumprimento da frequência de análises do PCQA	100%	100%	OK
	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	2.2.1	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para execução de ramais	2.3.1	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 6 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para colocação de contadores	2.4.1	Taxa de contadores instalados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para desligação de contadores	2.5.1	Taxa de contadores desligados dentro do prazo de 1 dia útil	≥95%	100%	OK
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das Estações Elevatórias Águas Abastecimento (EEAA)	2.6.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	96%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETA e EEAA	2.7.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETA e EEAA	≥90%	100%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos - Válvulas AA	2.8.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas	≥98%	100%	OK
	Caracterização das instalações - ETA e EEAA	2.9.1	Elaboração das fichas de caracterização de instalações (ETA e EEAA)	Executar fichas a ≥2 instalações até final ano	100%	OK

B. Águas Residuais



Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
Melhoria da qualidade do serviço, cumprimento das disposições legais e dos indicadores de gestão e produtividade de ETAR e EEAR	Controlo da qualidade dos efluentes	3.1.1	Taxa de análises laboratoriais conformes com as Licenças de Descarga – ETAR's TOTAL	≥95%	98%	OK
	Reabilitação dos equipamentos e construção civil das EEAR	3.2.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido	≥90%	96%	OK
	Manutenção e gestão de equipamentos das ETAR e EEAR	3.3.1	Taxa de conformidades das manutenções planeadas nas ETAR e EEAR	≥90%	100%	OK
	Caracterização das instalações (ETAR e EEAR)	3.4.1	Elaboração das fichas de caracterização de instalações (ETAR e EEAR)	Executar fichas a ≥12 instalações até final ano	100%	OK
	Controlo do tempo para fornecimento de orçamento de ramais	3.5.1	Taxa de orçamentos entregues dentro do prazo de 3 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo para execução de ramais	3.6.1	Taxa de ramais executados dentro do prazo de 7 dias úteis	≥95%	100%	OK
	Controlo do tempo de reposição de pavimentos (aplicável a águas de abastecimento e águas residuais)	3.7.1	Taxa de pavimentos repostos dentro do prazo de 10 dias úteis após intervenções	≥95%	100%	OK
	Controlo de qualidade da reposição de pavimentos	3.8.1	Taxa de pavimentos conformes	≥95%	118%	OK
Eliminação das infiltrações nas redes de águas residuais	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	4.1.1	Taxa de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total faturado na área de influência (%)	≤100%	106%	NOK
	Controlo de estanquidade de redes de drenagem	4.1.2	Quantidade de águas residuais entregues à EG em alta relativamente ao total faturado na área de influência - em volume	≤0m³	86 061	NOK
	Controlo sistemático de redes de saneamento	4.2.1	Cumprimento do programa de monitorização ao estado das redes e caixas de visita	≥95%	100%	OK
	Controlo sistemático de redes de saneamento	4.3.1	Taxa de execução da reabilitação de caixas de visita programadas	≥95%	66%	NOK

C. Resíduos Sólidos

Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
Melhoria da qualidade do serviço, dos indicadores de gestão e da produtividade	Avaliação do sistema de controlo dos circuitos	5.1.1	Taxa de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	104%	OK
		5.1.2	Taxa de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%	101%	OK
		5.1.3	Taxa de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%	117%	OK
		5.1.4	Taxa de execução dos circuitos de substituição de contentores lavados	≥90%	118%	OK
		5.1.5	Taxa de execução dos circuitos de monos e verdes	≥90%	119%	OK
		5.1.6	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de recolha de RSU	≥90%	100%	OK
		5.1.7	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de limpeza urbana	≥90%	102%	OK
		5.1.8	Taxa de realização das fiscalizações aos circuitos de varredura mecânica	≥90%	100%	OK
		5.1.9	Conformidade de execução dos circuitos de recolha de RSU	≥90%	100%	OK
		5.1.10	Conformidade de execução dos circuitos de limpeza urbana	≥90%	100%	OK
		5.1.11	Conformidade de execução dos circuitos de varredura mecânica	≥90%	100%	OK
	Controlo dos pedidos de recolha de Monos e Verdes	5.2.1	Taxa de pedidos de clientes relativamente ao total recolhido	≥13%	19%	OK
	Lavagem de Contentores de Superfície	5.3.1	Frequência de lavagem de contentores	≥7,5 a ≤24	881%	OK
	Controlo da recolha de recicláveis totais (ALGAR e Taviraverde)	5.4.1	Taxa de recolha de recicláveis (no total) relativamente ao total dos resíduos não recicláveis entregues à ALGAR	≥17%	18%	OK
		5.4.2	Aumento da recolha de recicláveis (no total) relativamente ao ano anterior	sem meta	6%	-
	Diminuição da quantidade de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	5.5.1	Taxa de resíduos sólidos pagos relativamente ao ano anterior	≤99,99%	106%	NOK
Controlo de produção de resíduos	5.6.1	Rácio de produção de resíduos por volume facturado	≤10,5	0,1	OK	

D. Jardins

Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
Controlo de execução dos serviços	Monitorização das manutenções de espaços verdes	6.1.1	Conformidade do serviço de acordo com os indicadores de avaliação definidos no contrato-programa	≥95%	98%	OK
	Monitorização das manutenções de sistemas de rega	6.2.1	Cumprimento do programa de manutenção de sistemas de rega	≥98%	100%	OK

E. Administrativo Comercial e Geral

Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
Melhoria das condições de funcionamento e operacionalidade	Leitura de contadores mensal	7.1.1	Nº de contadores não lidos mensalmente	≤100	77	OK
	Atividade de fiscalização de águas e resíduos	7.2.1	Taxa de cumprimento do programa de fiscalização	≈100%	100%	OK
		7.2.2	Taxa de anomalias detetadas pela fiscalização que foram alvo de notificação ao infrator	≈100%	100%	OK
	Compilação atempada dos indicadores de desempenho - prazo: até ao dia 14 do mês seguinte ao do período de referência	7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DQS	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DJ	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DME	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DC	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DAF	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DPO	≥95%	100%	OK
		7.3.1	Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DOR	≥95%	100%	OK
7.3.1		Cumprimento do prazo de compilação dos indicadores de desempenho - DRLJ	≥95%	100%	OK	
Diminuição dos montantes em dívida pelos clientes e outros devedores	Prazo de realização de cortes de fornecimento de água	8.1.1	Taxa de cortes efetuados dentro do prazo de 30 dias após emissão de listagem de cortes	≥97%	97%	OK
		8.1.2	Cálculo mensal da taxa de restabelecimentos realizados	≤1 não conformidade	0	OK
	Diminuição do nº de processos de cobrança duvidosa	8.2.1	Taxa de cobrança efetiva dos valores em dívida (inclui a dívida não vencida)	≥98%	99,6%	OK
		8.2.2	Taxa de cobrança efetiva no prazo normal em valor	≥88%	92%	OK
	Eficácia dos processos de cobrança duvidosa	8.3.1	Taxa de cobrança efetiva dos processos de injunção em valor	≥65%	66%	OK

E. Administrativo Comercial e Geral

Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
		8.3.2	Taxa de cobrança efetiva dos processos de injunção em nº de processos	≥55%	65%	OK
		8.3.3	Taxa de cobrança efetiva dos processos de cobrança sem injunção (em valor)	≥35%	54%	OK
		8.3.4	Taxa de cobrança efetiva dos processos de cobrança sem injunção (em nº de processos)	≥40%	67%	OK
	Controlo do prazo médio de recebimentos de clientes	8.4.1	Prazo médio de recebimentos de clientes	≤60 dias	16	OK
Melhoria do nível de satisfação do cliente	Redução do tempo de resposta a reclamações	9.1.1	Taxa de reclamações respondidas dentro do prazo de 10 dias úteis	≥95%	99%	OK
	Cumprimento dos prazos legais para resposta a reclamações escritas relativas a águas de abastecimento (AA), águas residuais (AR) e resíduos sólidos (RS) (de acordo com especificações da ERSAR)	9.2.1	Taxa de reclamações escritas relativas a AA respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%	OK
		9.2.2	Taxa de reclamações escritas relativas a AR respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%	OK
		9.2.3	Taxa de reclamações escritas relativas a RS respondidas por escrito dentro do prazo de 22 dias úteis	≈100%	100%	OK
	Aumento dos clientes ativos com registo de contacto	9.3.1	Nº de clientes ativos com registo de e-mail	≥9000	9 155	OK
	Aumento dos clientes ativos com registo de contacto	9.3.2	Nº de clientes ativos com registo de contacto telefónico	≥14.500	16 344	OK
Higiene e Segurança no Trabalho	Controlo do cumprimento das normas de segurança (uso de EPI's, EPC, outras)	10.1.1	Nº de NC sobre as normas de segurança implementadas	≤10	27	NOK
	Controlo do uso de fardamento	10.2.1	Nº de NC de uso de fardamento	≤10	8	NOK
	Limpeza e arrumação dos locais de trabalho	10.3.1	Nº de NC de falta de limpeza e arrumação para cada espaço	≤10	53	NOK
	Controlo de Acidentes de Trabalho	10.4.1	Índice de Frequência (avalia a frequência com que os AT ocorrem)	<20 (classificação OMS: mto bom)	42	NOK
		10.4.2	Índice de Gravidade (avalia a gravidade dos AT ocorridos em termos de dias de trabalho perdidos)	<0,5 (classificação OMS: mto bom)	2,76	NOK
10.4.3		Controlo do nº de dias não trabalhados por AT relativamente ao ano anterior	s/ meta	-22%	-	
Gestão de Recursos Humanos	Realização das Ações de Formação Preconizadas	11.1.1	Cumprimento da taxa mínima legal de formação	≥10%	7%	NOK

E. Administrativo Comercial e Geral

Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
	Absentismo	11.1.2	Taxa de cumprimento do Plano de Formação	≥95%	100%	OK
		11.2.1	Taxa de Absentismo	s/ meta	5%	-
		11.2.2	Taxa de Absentismo sem baixas prolongadas	s/ meta	3%	-
	11.2.3	Taxa específica por incapacidade (de curta ou longa duração) devida a doença e acidente	s/ meta	4%	-	
	Controlo de Horas Extraordinárias	11.3.1	Taxa de cumprimento do plano anual de horas extraordinárias	≤100%	99%	OK
		11.3.2	Nº de colaboradores que excederam o limite legal de horas extraordinárias	0	0	OK
		11.3.3	Controlo das horas extraordinárias efetuadas na globalidade	≤100%	94%	OK
Gestão da documentação e dados	Controlar a documentação	12.1.1	Não utilização de documentos sem codificação	0 NC	0	OK
		12.1.2	Não utilização de documentos obsoletos	0 NC	0	OK
Acompanhamento do SG	Realização das Auditorias preconizadas	13.1.1	Taxa de cumprimento do Programa Anual de Auditorias	≥75%	100%	OK
	Conclusão do tratamento de NC e OM nos prazos estipulados	13.1.2	Cumprimento do prazo de conclusão das NC e OM	≥75%	99%	OK
Acompanhamento a fornecedores e outros credores	Acompanhar o registo do Produto Não Conforme	14.2.1	Registo do Produto Não Conforme	1 NC	0	OK

F. Plano de Obras

Objetivos Gerais	Objetivos Sectoriais	Ind	Indicador	Meta	2016	Situação
Cumprimento do plano de obras	Cumprimento das obras e benfeitorias previstas no plano de investimentos anual	15.1.1	Taxa de cumprimento do programa estabelecido (obras em curso)	≥90%	n.a.	-

4. Águas de Abastecimento

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores deste sector de 2005 a 2016.

ANO	ÁGUAS DE ABASTECIMENTO			
	ÁGUA VENDIDA (m ³)	CUSTO DA ÁGUA VENDIDA (€)	PREÇO MÉDIO DE VENDA (€)	VENDA DE ÁGUA e ALUGUER de CONTADOR (€)
2005	1 820 518	1,37 €	1,07 €	1 936 544 €
2006	1 997 131	1,16 €	1,22 €	2 436 963 €
2007	2 160 158	1,11 €	1,39 €	3 009 284 €
2008	2 167 000	1,24 €	1,35 €	3 304 458 €
2009	2 254 611	1,21 €	1,38 €	3 328 016 €
2010	2 060 683	1,31 €	1,46 €	3 196 648 €
2011	1 957 703	1,36 €	1,39 €	2 716 783 €
2012	1 935 474	1,39 €	1,38 €	2 674 022 €
2013	1 856 608	1,47 €	1,50 €	2 786 088 €
2014	1 890 336	1,38 €	1,59 €	3 016 978 €
2015	1 940 286	1,45 €	1,65 €	3 192 420 €
2016	2 006 970	1,31 €	1,76 €	3 328 776 €

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005, que dizem respeito ao período de Março a Dezembro.

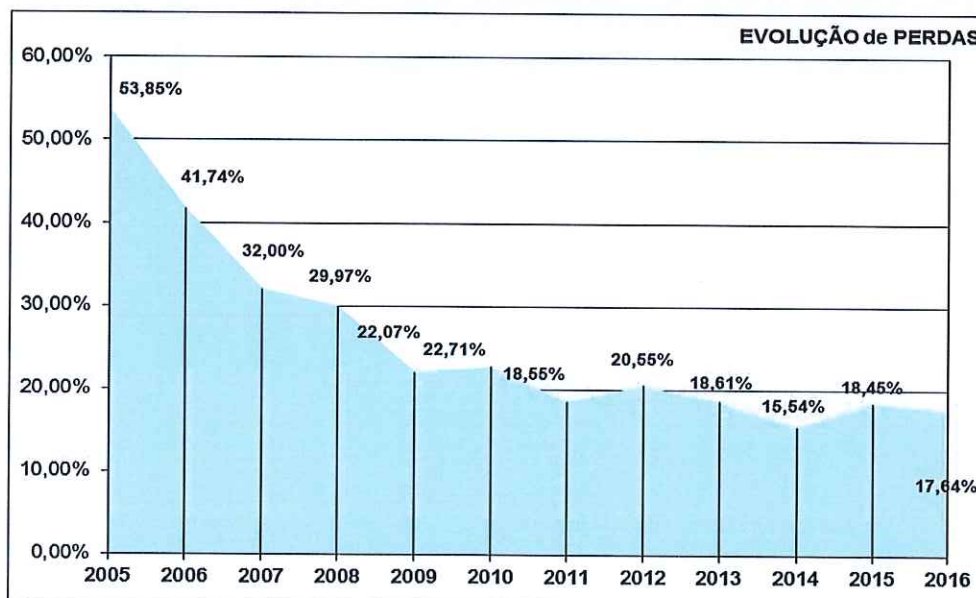
4.1. Programa de controlo de perdas na rede de abastecimento

Este programa, iniciado em 2005, é um dos programas operacionais mais relevantes da atividade da empresa.

Consideramos que tem sido um programa com bastante sucesso já que, no ano anterior ao início de atividade da empresa (2004), as perdas tinham sido de 58%.

O resultado de 2016 foi de 17,45%, cerca de 1% menos que em 2015. Em m³, as perdas foram de 426.775 menos 10.000 m³ que no ano passado.

O gráfico seguinte apresenta a evolução de resultados deste programa:



4.2. **Controlo da Qualidade de Água**

O sistema de Gestão da Qualidade da Tavraverde garante o controlo de processos e parâmetros nas fases de distribuição da água e de captação e tratamento (onde aplicável).

Para além da água fornecida pela EG em "alta", Águas do Algarve, a Tavraverde possui origens próprias (captações subterrâneas) nas zonas de abastecimento não ligadas ao sistema em alta. Em todas estas origens foram instalados sistemas de tratamento da água, de forma a garantir a sua qualidade ao consumidor final.

❖ **Processo de Monitorização**

Anualmente é elaborado um plano de monitorização da qualidade da água, que incide em dois tipos de controlos:

- Controlo legal (PCQA), efetuado diretamente na torneira do consumidor, aprovado pelo ERSAR;
- Controlo operacional ou de vigilância, efetuado às origens de água sujeitas a tratamento.

❖ **Controlo legal**

No ano de 2016, foram efetuadas todas as análises agendadas no PCQA, que foi realizado com periodicidade semanal em 115 pontos de colheita, distribuídos geograficamente por 8 zonas de abastecimento (7 das quais com origens próprias e 1 fornecida pela EG em alta). No total foram efetuadas 1041 análises, observando-se 100% de frequência de realização, tendo ficado cumprido na íntegra o indicador ERSAR para esta matéria.

Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, verificou-se uma taxa de conformidade de 99,9%, tendo-se registado a ocorrência de apenas um incumprimento:

- ZA11 – Morenos (Bromatos).

A origem do incumprimento poderá estar relacionada com a água fornecida pela AdA, dado que os teores de Bromatos existentes na água fornecida já são elevados. A recloração feita posteriormente no reservatório poderá ter aumentado essa concentração de Bromatos o suficiente para causar o incumprimento.

De forma a obviar este problema, foi efetuado um complemento ao sistema de tratamento da ETA dos Morenos, que se verificou efetivo.

❖ **Controlo operacional ou de vigilância**

O Controlo Operacional (CO) foi realizado em todas as Zonas de Abastecimento nomeadamente: Cachopo, Feiteira, Mealha, Carrapateira, Faz Fato, Estorninhos, Bengado, Santa Catarina,

Morenos, e também em Zonas cujo abastecimento é fornecido pela Entidade gestora (EG) em alta.

Estes controlos são opcionais e destinam-se, fundamentalmente, à verificação da qualidade da água em pontos estratégicos do abastecimento de água, com uma frequência muito mais apertada que o controlo legalmente requerido. Pretende-se acompanhar mensalmente parâmetros críticos, como o cloro, turvação, ferro, manganês, entre outros.

Nestes CO é feita a monitorização à saída das captações (quando aplicável) e também na rede de abastecimento, o que nos permite averiguar não só a potabilidade da água de origem, como também a eficiência do tratamento efetuado. Sempre que necessário, podem ser feitas análises adicionais às várias etapas dos processos de tratamento.

No decurso do ano foram realizadas um total de 6214 análises (das quais 3180 correspondem à água tratada, ou seja 51%), distribuídas por cada um dos CO com periodicidade mensal, tendo-se verificado 99,75% de conformidades dos valores paramétricos legais na água tratada.

4.3. Zonas de Medição e Controlo (ZMC)

Prosseguiu-se em 2016 com a criação de novos pontos de monitorização e controlo, processo no qual se destaca o esforço de subdivisão da Cidade de Tavira em Sub-ZMCs de menor dimensão e que se irá traduzir em melhorias significativas na pesquisa ativa de fugas e controlo de perdas.

Tavira (Cidade):

Uma parte significativa das intervenções consistiu na execução, na margem direita da cidade, de um conjunto de sete novas caixas para alojamento de caudalímetros e equipamento de recolha e transmissão de dados, nomeadamente no Largo dos Mártires da República, Rua D. Paio Peres Correia, Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, Rua 25 de Abril, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Rua de S. Pedro e Rua Amália Rodrigues, e ainda na introdução de melhorias numa oitava caixa existente na Rua dos Mouros para integração de novos equipamentos.

Com estes trabalhos, a rede de distribuição da malha urbana da margem direita da Cidade, que dispunha então de apenas três pontos de controlo, passou a dispor de um conjunto de treze zonas monitorizadas.

Na margem esquerda da Cidade, através de outras prestações de serviços, foi melhorada a subdivisão das malhas, no seguimento da execução de duas novas caixas, uma na Rua Poeta Emiliano da Costa e uma segunda na Rua Borda d'Água da Asseca, equipadas com novos medidores de caudal e respetivos equipamentos de recolha e transmissão de dados.

Outros locais: Foi melhorada significativamente a capacidade de pesquisa ativa de fugas noutros sistemas, através da instalação de novos medidores de caudal, nomeadamente no Malhão, junto ao cruzamento das Quatro Estradas e recinto do reservatório (3 novos medidores), em Santo Estêvão, na Estrada do Butoque (dois medidores), em Santa Luzia, na Urbanização Gilberto Ferro (um medidor), na Luz de Tavira, no sítio de Belmonte (um medidor) e na Conceição, junto à EN125 - Autodécio (um medidor), na ligação de reforço do abastecimento às Ruas 25 de Abril e Restauradores, a partir da nova adutora da Cumeada – Conceição.

No segundo semestre de 2016 foi ainda implementado em Cachopo um novo sistema de monitorização e controlo que permite monitorizar, em tempo real, o sistema através de registo de caudais à saída dos furos, à entrada e saída do reservatório de distribuição, gerar toda a informação e o envio de alarmes relativa ao estado de funcionamento dos equipamentos de bombagem, níveis mínimo e máximo nos reservatórios de água bruta e água tratada, para além de permitir controlar remotamente a paragem / arranque do sistema de bombagem dos furos, em caso de necessidade.

A aquisição no final do ano de novo reservatório em PFRV com 20 m³ de capacidade, duplicando a capacidade de reserva existente e cuja instalação se prevê vir a concretizar-se durante o primeiro semestre de 2017, permitirá, a par da implementação do sistema de monitorização referido, prevenir falhas e avarias, melhorando a qualidade de serviço no sistema de Cachopo

No final do ano, o sistema dispunha de um total de 154 pontos de medição, entre caudalímetros e contadores / totalizadores para suporte às atividades de controlo de perdas. Deste conjunto de pontos de medição, 19 estão associados ao sistema de telegestão PEView da Macraut e 68 encontram-se associados outros sistemas SCADA (PMAC, iLogs, Zeus e S_MONITOR).

4.4. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento (EEAA)

Em 2016 prosseguiu o programa de reabilitação das EEAA - Estações Elevatórias de Águas de Abastecimento e Reservatórios.

Foi executada a reabilitação total do Reservatório da Fonte do Bispo, incluindo reparação das peças de alvenaria, definição e vedação do espaço, regularização do piso e pintura geral.

Na Estação de Tratamento de Águas de Abastecimento do Faz-Fato, o interior do reservatório (nas duas células) foi todo reabilitado, o espaço exterior foi regularizado e vedado e procederam-se a pinturas em todo o interior e exterior do edifício.

5. Saneamento

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector de 2005 a 2016:

ANO	SANEAMENTO						
	CAUDAL TRATADO			CAUDAL COBRADO	CUSTO	PREÇO MÉDIO DE VENDA	RECEITAS TOTAIS
	AdA	Próprios	TOTAL	(M³)	M³ COBRADO	(€)	
2005	N/A			1 313 163	0,38 €	0,49 €	646 892 €
2006	1 500 128		1 500 128	1 531 163	0,53 €	0,55 €	844 166 €
2007	506 590	909 956	1 416 546	1 643 548	0,60 €	0,85 €	1 402 966 €
2008	1 062 785	864 924	1 927 709	1 605 261	0,87 €	0,79 €	1 617 015 €
2009	1 232 541	524 388	1 756 929	1 657 754	0,93 €	0,83 €	1 501 598 €
2010	1 544 743	482 766	2 027 509	1 593 027	1,11 €	0,82 €	1 410 598 €
2011	1 264 437	655 833	1 920 270	1 539 385	1,40 €	1,35 €	2 070 843 €
2012	1 527 619	110 513	1 638 132	1 494 114	1,43 €	1,46 €	2 187 788 €
2013	1 511 197	0	1 511 197	1 435 229	1,49 €	1,53 €	2 197 431 €
2014	1 558 360	0	1 558 360	1 432 516	1,75 €	1,54 €	2 219 449 €
2015	1 513 511	0	1 513 511	1 459 980	1,93 €	1,58 €	2 312 106 €
2016	1 572 641	0	1 572 641	1 528 554	1,37 €	1,69 €	2 450 991 €

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que diz respeito ao período de Março a Dezembro.

O preço médio de venda e as receitas totais incluem apenas as tarifas fixas e variáveis.

5.1. Controlo da qualidade dos efluentes

O programa de controlo da qualidade dos efluentes foi efetuado de acordo com as licenças de descargas das ETAR's sob nossa gestão, nomeadamente: Santa Catarina, Bengado, Porto Carvalhoso, Morenos, Feiteira, Mealha, Currais, Carrapateira, Casas de Baixo e Estorninhos.

Das 40 amostragens programadas e efetuadas no decurso do ano, foram analisados os 504 parâmetros obrigatórios (100% de frequência), mais 42 parâmetros adicionais, num total de 546 análises realizadas.

Das análises efetuadas constata-se que 98,03% estavam conformes com os limites estabelecidos nas respetivas licenças de descarga.

O incumprimento verificou-se na ETAR de Santa Catarina (SST, CBO5 e CQO), em Maio 2016, e foi devido à baixa biomassa existente no reator biológico, causada pela intensa pluviosidade verificada na semana anterior à recolha.

5.2. Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais (EEAR)

Em 2016 foi continuado o programa de reabilitação das EEAR - Estações Elevatórias de Águas Residuais.

Foi reabilitada a EEAR de Salinas 1. Foi executado um poço auxiliar com maior capacidade e profundidade, foi cimentado todo o espaço e adaptou-se a vedação às novas condições, ficando mais alta.

Foi posta em funcionamento a EEAR do Ciclista, construiu-se um poço de chegada com cesto de gradados, instalaram-se eletrobombas com respetivo cepo de assentamento e guias, foi criada caixa de válvulas com by-pass, foi regularizado o piso e cimentado.

Foram aplicados mais conta-horas em várias instalações por forma a contabilizar o tempo de bombagem e caudal elevado.

5.3. Diminuição das infiltrações nas redes

No ano de 2016, foi dado seguimento a diversas atividades que vinham a ser desenvolvidas nos anos anteriores com vista à diminuição das afluições indevidas nas redes de saneamento doméstico, nomeadamente:

- Foram reparadas aproximadamente 200 caixas de visita das redes de saneamento doméstico, em mau estado de conservação e com infiltrações de águas existentes nos solos ou águas das marés, principalmente nos coletores primários de Tavira, Santa Luzia, Cabanas e Golden;
- Foi dado seguimento à desativação das ligações indevidas de sumidouros, sarjetas e coletores de águas pluviais às caixas de visita dos coletores de saneamento doméstico, em Tavira, Santa Luzia, Conceição e Cabanas;
- Foram efetuadas 6 reparações pontuais nos coletores de saneamento doméstico com infiltrações, em Tavira, Santa Luzia e Cabanas;
- Foram reparadas aproximadamente 50 caixas de ramal de saneamento doméstico com infiltrações e efetuada a renovação dos respetivos ramais que ligam aos coletores de saneamento doméstico, em Tavira, Santa Luzia, Conceição e Cabanas;
- Foram reabilitados 200 metros de coletores de saneamento doméstico que apresentavam grandes infiltrações, nomeadamente na Rua da Silva, Rua Almirante Cândido dos Reis, Travessa da Assêca e Travessa da Caridade;

No que respeita às afluições indevidas de águas das marés, podemos afirmar que os coletores com problemas prementes das zonas baixas da Cidade de Tavira, Santa Luzia e Cabanas e Golden Tavira, foram reabilitados. No entanto, pelo estado avançado de degradação, agravado

pelas acções de limpeza e manutenção, será necessária a reabilitação dos restantes troços de rede, com coletores em fibrocimento, o qual será um dos objetivos principais para os próximos anos. A maior percentagem de colectores de saneamento doméstico em fibrocimento encontra-se aplicada na margem esquerda da cidade de Tavira;

Toda a rede de saneamento doméstico na Cidade está a ser monitorizada em pontos estratégicos através do registo da altura da lâmina líquida dentro das caixas de visita, pretendendo-se melhorar esta atividade, acrescentando aos dados já recolhidos o registo da condutividade do líquido;

Quanto às afluências indevidas de águas pluviais, o problema principal resulta na inexistência de redes prediais separativas em prédios, habitações e mesmo em urbanizações. Julga-se, nesse sentido, que sem o recurso a descarregadores de tempestade na rede de A. R. domesticas, este problema não terá solução, devendo ser equacionadas / estudadas outras soluções para este problema.

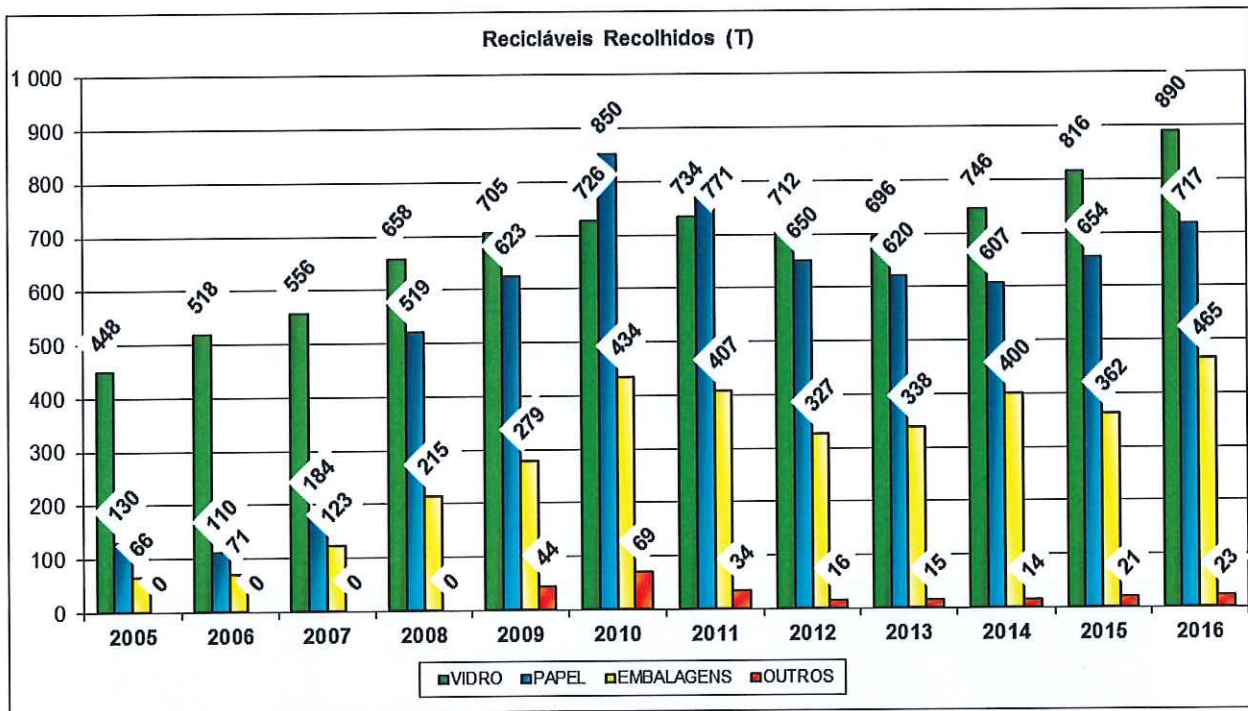
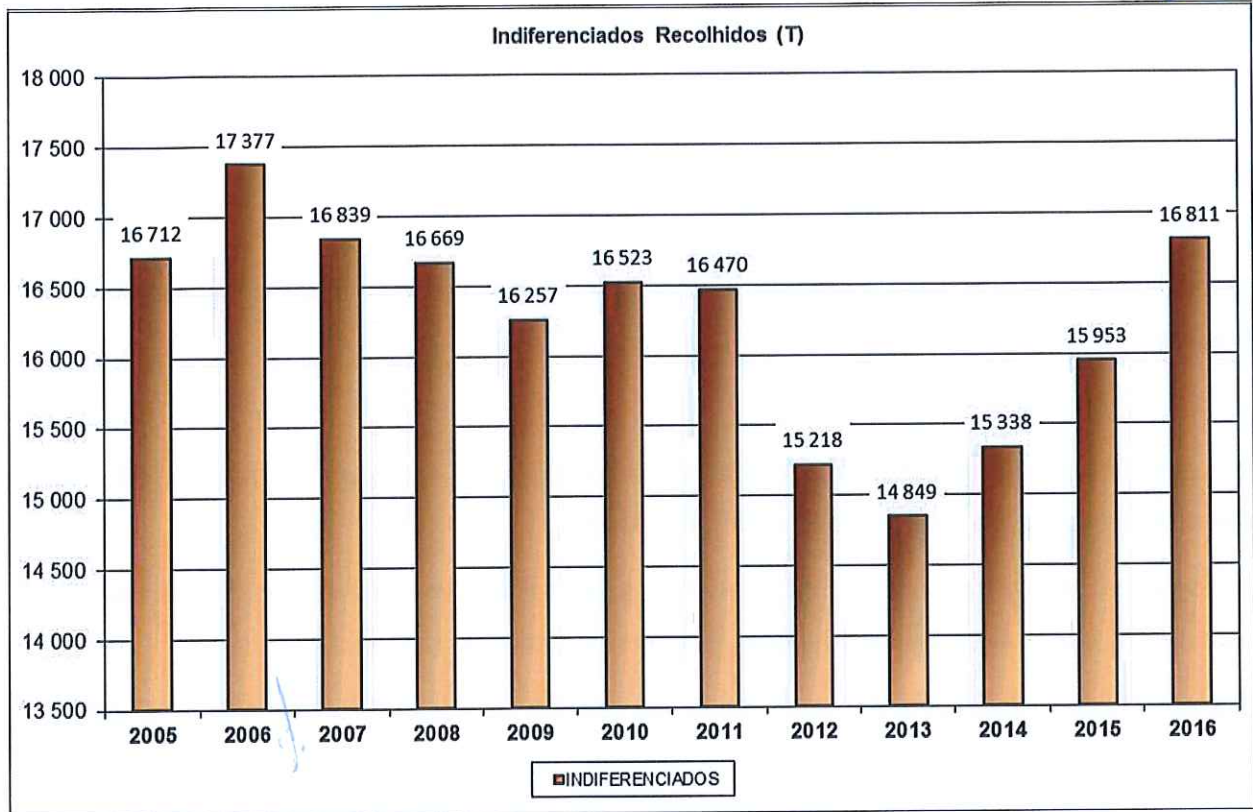
6. Recolha de RSU/ Limpeza Urbana

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores do sector em 2016:

ANO	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS				
	RSU		CUSTOS (Ton)		RECEITAS TOTAIS
	(Ton)	RECEITA (Ton)	RSU + limpeza	RECOLHA	TOTAIS
2005	13 369	32,56 €	143,78 €	n.a.	435 936 €
	16 711	30,80 €			514 846 €
2006	17 377	99,49 €	136,17 €	n.a.	1 483 900 €
2007	16 839	117,70 €	160,76 €	n.a.	2 023 742 €
2008	16 669	113,00 €	169,00 €	n.a.	2 360 418 €
2009	16 204	126,00 €	175,00 €	n.a.	2 321 490 €
2010	16 505	129,43 €	167,75 €	n.a.	2 597 418 €
2011	16 439	140,16 €	171,07 €	124,39 €	2 291 439 €
2012	15 181	153,61 €	186,39 €	134,54 €	2 331 953 €
2013	14 849	157,18 €	195,06 €	140,89 €	2 343 276 €
2014	15 329	149,52 €	182,02 €	132,28 €	2 291 928 €
2015	15 943	151,54 €	174,96 €	124,21 €	2 415 938 €
2016	16 810	163,70 €	180,94 €	128,95 €	2 760 904 €

O indicado como receita/ton inclui apenas as tarifas fixas e variáveis.

Nota: os números indicados dizem respeito ao total do ano civil, salvo os de 2005 que dizem respeito ao período de Março a Dezembro.



Nota: Os valores apresentados para o ano 2005 correspondem ao total de toneladas de indiferenciados recolhidos pela Câmara Municipal de Tavira (Janeiro e Fevereiro) e pela Taviraverde (Março a Dezembro).

6.1. Melhoria da qualidade do serviço prestado e lavagem de contentores

Os programas de controlo da qualidade do serviço com a efetivação de inspeções semanais aleatórias aos diversos circuitos, mantiveram-se durante todo o ano de 2016. Estes programas foram cumpridos a 100% relativamente ao planeado.

Foram lavados em estaleiro cerca de 1040 contentores em média por mês e foi cumprido o planeamento das lavagens dos marcos de deposição da contentorização enterrada (RSU e Recicláveis) com a periodicidade definida de acordo com a época do ano, ou seja: Janeiro a Abril, Novembro e Dezembro - mensal; Maio, Junho, Setembro e Outubro - 1ª e 3ª semana de cada mês; Julho e Agosto - semanal durante todo o mês.

Manteve-se em pleno funcionamento o equipamento de movimentação de contentores para lavagem.

Foi substituído integralmente um sistema de contentorização enterrada de recolha de resíduos indiferenciados, na rua José Pires Padinha, em Tavira.

Foi adquirida uma varredoura de 5m³, a qual tem demonstrado uma grande eficácia na limpeza dos arruamentos conforme o planeado e dois aspiradores elétricos (glutton).

Está em curso a aquisição de uma viatura de recolha de resíduos indiferenciados, com uma capacidade de cerca de 20 m³.

Reabilitação total da viatura pesada de RSU, com a matrícula: 04-GG-38.

7. Jardins

A atividade de manutenção dos 202 espaços verdes do concelho de Tavira é desenvolvida no âmbito do contrato programa celebrado com o Município de Tavira, que foi renovado em 2015 e atualizado à taxa de inflação à data da sua renovação em 2016.

Neste período foram efetuadas diversas obras de requalificação / manutenção nas instalações do viveiro, entre outras, como se pode verificar pelas fotos abaixo:

- Envoltentes ao Polidesportivo na Rua da Atalaia.



- Praça Zacarias Guerreiro.



- Envolvente ao Pavilhão Municipal



- Urbanização Matconçiv, zona interior.



- Rua Carlos Rocha.



Apoio em colaboração, escolas/GNR, na comemoração do dia da árvore, com plantações no parque de estacionamento da GNR.



7.1. Tratamento de pragas de plantas e jardins

Foram identificadas diversas pragas em plantas (árvores, arbustos e herbáceas) em espaços públicos que mereceram a maior atenção com a realização de diversos tratamentos fitossanitários, com produtos homologados.

Durante algumas épocas do ano, nomeadamente na Primavera /Verão, é frequente surgirem as pragas, principalmente de afídios, ácaros, cochonilhas e processionária, o que provoca algum desconforto na população, nomeadamente ao nível de produção de meladas, provocando sujidade/danos de ruas, viaturas, etc.

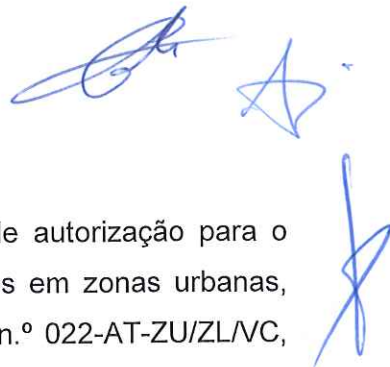
Estas pragas são difíceis de controlar, contudo a Taviraverde faz um planeamento de intervenções preventivas para minimizar o problema e evitar a insatisfação dos clientes.

7.2. Praga das palmeiras em Portugal

Esta praga (*Rhynchophorus ferrugineus*) continuou a atacar as palmeiras, tendo levado mesmo à morte e abate de mais 13 palmeiras.

Foi efetuado o planeamento e os respetivos tratamentos (preventivos/curativos), nas palmeiras (54), mais emblemáticas do Concelho, constantes no contrato de gestão.

7.3. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos



De acordo com a lei n.º 26/2013, em 2014 foi constituído o processo de autorização para o exercício da atividade de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação, que culminou com a autorização n.º 022-AT-ZU/ZLVC, emitida pelo DGAV em 27 de janeiro de 2015.

8. Limpeza de Praias

Os serviços de limpeza do areal, WC's públicos, posto de socorros e envolventes de praias e estacionamento, acessos/passadeiras e respetivas envolventes, foram efetuados conforme planeado e previsto no contrato de gestão para a limpeza das praias, celebrado entre a Câmara e a Taviraverde EM. Os serviços de limpeza mecânica do areal foram cumpridos e com elevada qualidade tendo sido usado o equipamento (máquina de limpeza de praia e trator) adquirido o ano passado.

A recolha e transporte de resíduos foram efetuados como planeado.

No ano de 2016, o transporte de parte dos recicláveis (Embalagens, Metais e Papel) recolhidos pela Taviraverde continuou a ser feito por uma empresa externa – Ambilinha – a partir do cais de descarga em Tavira para a estação de transferência da Algar, em sacos, o que não nos permite quantificar, com rigor, a quantidade em termos de pesagem.


Tanto na Ilha de Tavira como na de Cabanas, foram recolhidos e colocados em locais isolados para posterior trituração, alguns resíduos orgânicos, sobretudo canas e restos de árvores, que deram à costa e outros resíduos vegetais resultantes de abates (plantas mortas), podas de árvores e arbustos.

Reorganizámos a rede de ecopontos da ilha de Tavira, com a colocação de novas sinaléticas, adaptação de localizações, aumentando capacidades de deposição e demos continuidade à gestão dos ecopontos da Ilha de Cabanas. Os conjuntos de ecopontos do Barril e da Terra Estreita funcionaram normalmente.

Para a realização dos trabalhos estiveram afetos 16 funcionários (incluindo o pessoal dos barcos) e 1 encarregado a tempo parcial.

Em termos de equipamentos estiveram envolvidos os seguintes:

- 2 Barcos;
- 1 Camião pesado com tração às quatro rodas;

- 
- 3 Tratores com caixa de carga;
 - 1 Trator e 2 máquina de limpeza de praia acopladas;
 - 1 Moto 6;
 - 1 Máquina pequena de limpeza de praias;
 - 1 Pick-up;
 - 1 Viatura de recolha de indiferenciados;
 - 1 Atrelado para trator;
 - 2 Gruas de carga e descarga;
 - 1 Soprador para limpeza de passadeiras;
 - 1 Motosserra;

As embarcações ao serviço das praias, “Medo das Cascas” e “Estrela da Ilha” foram objeto de trabalhos de manutenção / reparações.

Foi efetuada antes do início da época balnear, a manutenção/revisão geral das gruas do “cais do lixo” da Ilha e do cais junto ao Pingo Doce, permitindo operar de forma mais eficaz e em melhores condições de segurança, assim como a passagem de certificados de qualidade que foram apresentados na Capitania do Porto de Tavira.

O cais dos resíduos e mercadorias “pesadas” da Ilha que tinha sido objeto de reparação há 2 anos funcionou normalmente, assim como o pequeno equipamento de movimentação de cargas ligeiras instalado pelos concessionários.

Efetuuou-se a reparação e/ou substituição de passadeiras degradadas e o respetivo reperfilamento tendo sido colocadas cerca de 70 novas, fornecidas pela Câmara.

Foi dada colaboração, às diferentes ações efetuadas e/ou apoiadas pela Câmara ao longo deste período, nomeadamente à gestão do parque de campismo, às do âmbito das bandeiras azuis, a colocação de sinalética, deteção e reparação de roturas nos balneários, à corrida mar azul, construções na areia, bombeiros municipais, fundação Vodafone. Também foi dada colaboração às obras efetuadas nas zonas balneares, nomeadamente, parque de campismo, Wc’s públicos, concessões da Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Cabanas, apoio no transporte de equipamentos para a ilha de Cabanas e ao abate de pinheiros mortos na Ilha.

Foi efetuado o transporte de mercadorias para os concessionários, conforme elementos (livros de guias de transporte) entregues na Divisão do Ambiente.

Neste período foram arrojados, 5 golfinhos, 8 tartarugas, 1 baleia, 1 gaivota e um peixe grande.

Foram eliminados rebentos de acácias junto aos caminhos para permitir a segurança na circulação de viaturas e retiradas árvores desta espécie que se encontravam caídas.

Houve continuidade do aluguer dos 2 contentores e Wc's para apoio ao pessoal e arrumo de ferramentas e equipamentos, que se tinham instalado em 2011.

A sinalética relativa à praia do naturismo, que estava colocada nas praias: Ilha de Tavira, Terra Estreita, Barril e Naturismo, foi vandalizada e desapareceu, pelo que é necessário adquirir nova para a próxima época balnear.

9. Limpeza Urbana

A limpeza urbana (varredura manual e varredura mecânica) no concelho de Tavira está organizada em 30 circuitos, abrangendo os perímetros urbanos da cidade e freguesias com exceção da de Cachopo.

Em 2010 verificou-se ser necessário criar o circuito de verão (zona central da cidade), em virtude de se tratar de uma zona de elevada afluência da população, o que levou a uma maior necessidade na frequência de limpeza, continuando este serviço a ser efetuado durante o ano de 2016.

Durante o ano decorreram algumas Festas/Eventos nas ruas, tendo sido garantida, pela Taviraverde, a limpeza nestas ocasiões (passagem de ano, carnaval, festa de verão, chegada das voltas, etc.).

O sector de limpeza da Taviraverde também é responsável pela limpeza das sarjetas. Anualmente, no início do mês de Setembro, realiza-se este trabalho preventivo, de modo a que, quando chegarem as primeiras chuvas não se registem quaisquer problemas, considerando que estamos numa zona de risco permanente de cheias. Este trabalho é efetuado/acompanhado durante todo o período chuvoso.


Esta é uma atividade que tem vindo a aumentar, em virtude da entrega de novos loteamentos e espaços públicos, sendo, a partir dessa data, necessário incluir os mesmos nos circuitos da limpeza.

De forma a tornar a limpeza urbana mais eficiente foram adquiridos os seguintes equipamentos: uma varredoura de 5M³ e dois aspiradores elétricos (glutton).


10. Sistema Gestão da Qualidade

A empresa encontra-se no final do 3º ciclo de Certificação pela norma ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade (certificado nº 2008/CEP-3175), tendo sido efetuada a 2ª auditoria de acompanhamento deste ciclo em 2016.

Em 2017 será realizada uma auditoria de renovação para um novo ciclo de certificação, ainda sob o referencial ISO 9001:2008.



A transição do SGQ para o novo referencial ISO 9001:2015 vai ter lugar em 2017, estando delineado um plano de trabalhos com início em Abril de 2017 e previsão de conclusão do processo para Março de 2018, sendo que na auditoria de acompanhamento de 2018 será solicitada a transição para a nova norma.



Relativamente ao sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho, os trabalhos ficaram suspensos e o processo de implementação não ficou concluído em 2016 como previsto, mas deverá sê-lo em 2017/2018.

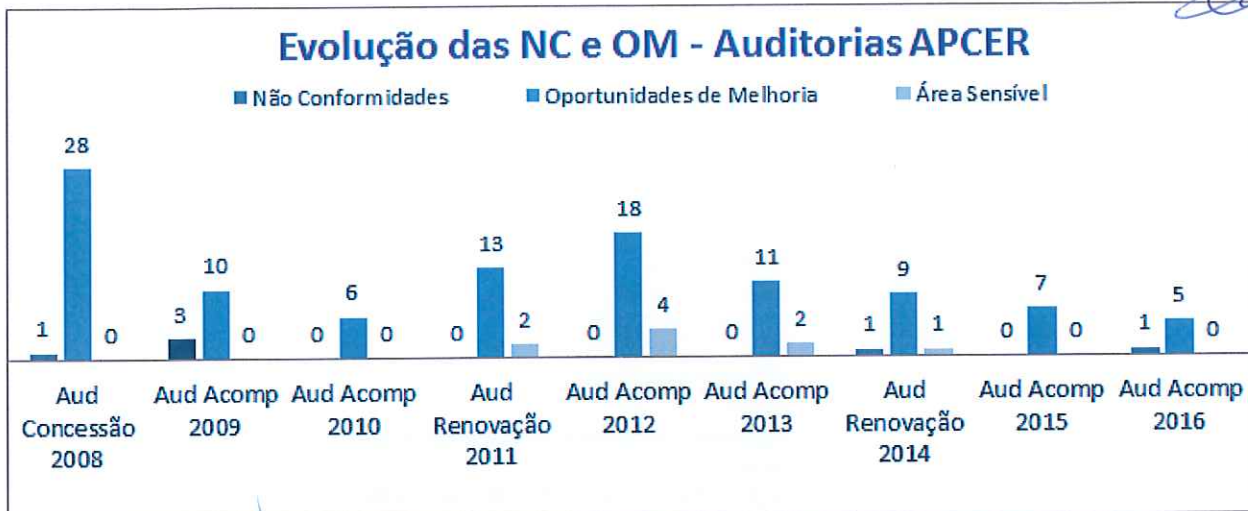
10.1. Auditorias Externas e Internas

Foi cumprido o Plano Anual de Auditorias referente a 2016 (ed.23), tendo havido algumas alterações relativamente à sua 1ª versão do ano (ed.22), nomeadamente:

- Alteração da equipa auditora na auditoria interna nº 01/2016, que estava prevista ser realizada por auditores internos, mas foi realizada por auditor externo subcontratado;
- Eliminação da auditoria interna nº 02/2016 prevista para o final do ano (relativa à documentação do SGQ), que foi substituída por reuniões para análise das ocorrências pendentes.

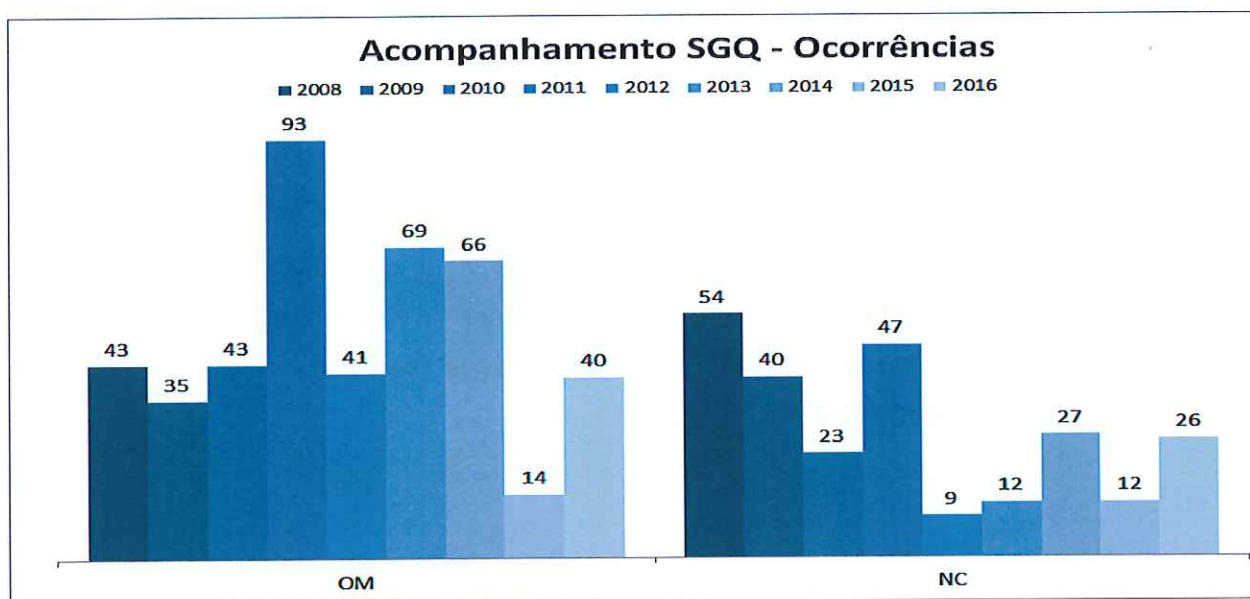
Foi efetuada uma auditoria interna à totalidade do SGQ, de 23 a 25 de Maio de 2016, cujo âmbito foi a verificação da conformidade da documentação e das práticas com a norma de referência, para complemento da revisão do SGQ de 2015. Para esta auditoria, optou-se por 1 auditor externo, tendo-se conotado pelo elevado grau de detalhe e aprofundamento dos assuntos abordados. Foram vistos não só os locais de trabalho (escritórios), como também outras instalações (Reservatório, EEAA e EEAR). As principais conclusões foram que o sistema se mantém bem estruturado, dando o suporte documental resposta aos requisitos normativos/legislativos e não existindo nenhuma área em particular considerada crítica; não obstante, foram detetadas situações a necessitar de melhoria ou correção (foram constatadas 12 NC e 20 OM).

Relativamente à Auditoria de Acompanhamento, realizada pela APCER em Junho de 2016, foi constatada 1 não conformidade e 5 oportunidades de melhoria, pelo que foi considerado estarem reunidas as condições necessárias à manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade implementado.



10.2. Ações de Melhoria

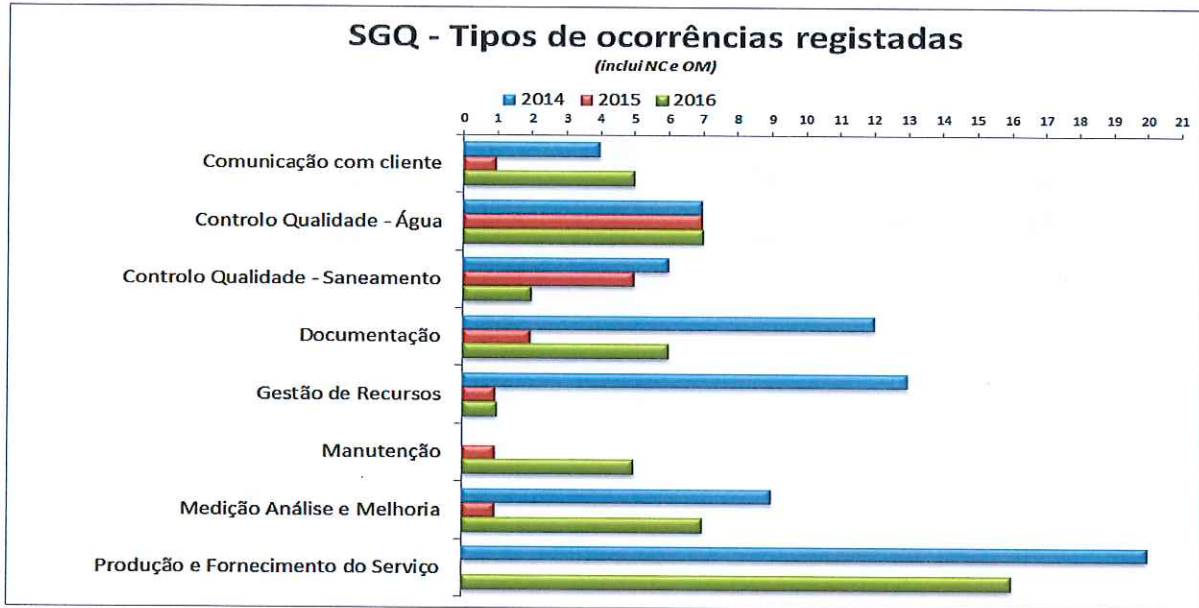
No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução das ocorrências, desde a implementação dos SGQ até ao momento. Verifica-se que o nº de ocorrências em 2016 voltou a estabilizar, quer em relação a oportunidades de melhoria (OM) quer em relação a situações de não conformidade (NC).



Destas ocorrências registadas em 2016, 67% têm como origem constatações das auditorias, 23% são sugestões/constatações ou de colaboradores ou provenientes das reuniões de coordenação mensais, 6% têm como origem a Revisão pela Gestão e, as restantes, reclamações de clientes ou outras fontes externas.

Relativamente ao tipo de ocorrências mais relevantes, são claramente as relacionadas com a produção e fornecimento do serviço por parte da empresa (metodologias pouco consistentes, serviços executadas de forma incorreta, preenchimento adequado de registos, garantia de execução dos serviços em adequadas condições de segurança, etc.). As causas destas

ocorrências estão associadas a atividades mal definidas ou definidas de formas alternativas nos procedimentos e a erro humano.



Esta análise será feita com maior detalhe na Revisão do SGQ pela Gestão, a realizar em Março/Abril de 2017.

10.3. Reclamações e Sugestões de Clientes

Relativamente às respostas a todas as reclamações em 10 dias úteis (indicador interno), o indicador manteve-se em relação ao ano anterior, situando-se nos 98,8% na globalidade das respostas. As respostas escritas a todas as reclamações escritas mantêm-se nos 100%.

A análise referente ao tipo de reclamações recebidas e a sua afetação aos diferentes departamentos será analisada e discutida na próxima Revisão do Sistema de Gestão. Mantém-se em 2016 o cumprimento integral do prazo legal de 22 dias úteis para respostas escritas a reclamações escritas (indicador ERSAR).

10.4. Avaliação da Satisfação dos Clientes

A avaliação da satisfação do cliente relativa aos serviços prestados em 2016 está ainda a decorrer. Voltou a usar-se o mesmo formato que no ano transato para esta auscultação, nomeadamente um inquérito desenhado no Google Form's, cujo link foi depois enviado via email aos clientes da empresa, tendo o mesmo ficado também disponível no site da Taviraverde.

Também esta análise será feita com maior detalhe na Revisão do SGQ pela Gestão a realizar em Março/Abril de 2017.

10.5. Avaliação de Fornecedores

O processo de avaliação dos fornecedores, relativamente a 2016, encontra-se a decorrer. No entanto, no registo do produto não conforme, as evidências apontam para um bom desempenho na generalidade dos fornecedores.

11. Atividades de Educação Ambiental

Dia Mundial do Ambiente – 9 de Junho 2016

O Dia Mundial do Ambiente, criado em 1972 pela ONU, pretende inspirar cada vez mais pessoas a assumirem uma posição proactiva em relação aos diversos problemas ambientais existentes. O tema para o ano de 2016 –“Go Wild for Life” - estava relacionado com a luta contra o comércio ilegal de animais selvagens, tendo como compromisso o de alertar as populações, desafiando-as a espalhar a palavra sobre esta problemática e os seus efeitos.

Esta temática abrange espécies que estejam em risco tanto ao nível global, bem como ao nível local. Tendo em consideração este tema do Dia Mundial do Ambiente, bem como a necessidade de criação de uma mascote, a Tavraverde, após um estudo sobre a história, fauna e flora de Tavira, elegeu a lontra para representar a empresa.

De forma a apresentar esta nova mascote, a Tavraverde participou no dia 9 de Junho nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente, em cooperação com o Município, com atividades sobre o ambiente e a importância da proteção da vida selvagem. As atividades decorreram na Mata da Conceição, tendo sido dirigidas principalmente aos alunos do 1º ciclo do ensino básico.





21ª Feira de Caça, Pesca e do Mundo Rural – 8 a 10 de Julho 2016

A Taviraverde esteve presente mais uma vez na 21ª Feira de Caça Pesca e do Mundo Rural, com uma exposição alusiva à reciclagem de resíduos e a nova campanha infantil de resíduos.

O tema foi mais uma vez escolhido por se tratar de uma área em que anualmente os caçadores têm contribuído, através de campanhas de limpeza de matas e zonas rurais.

Também se disponibilizou um ponto de água da torneira, para todos os visitantes da Feira, promovendo-se desta forma o seu consumo.

Feira de Dieta Mediterrânica – Setembro 2016

A Taviraverde também esteve presente na IV Feira da Dieta Mediterrânica, que decorreu entre os dias 1 a 4 de Setembro, com duas campanhas, uma promovendo o consumo de água da torneira e outra com a nova campanha infantil sobre os resíduos.





[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

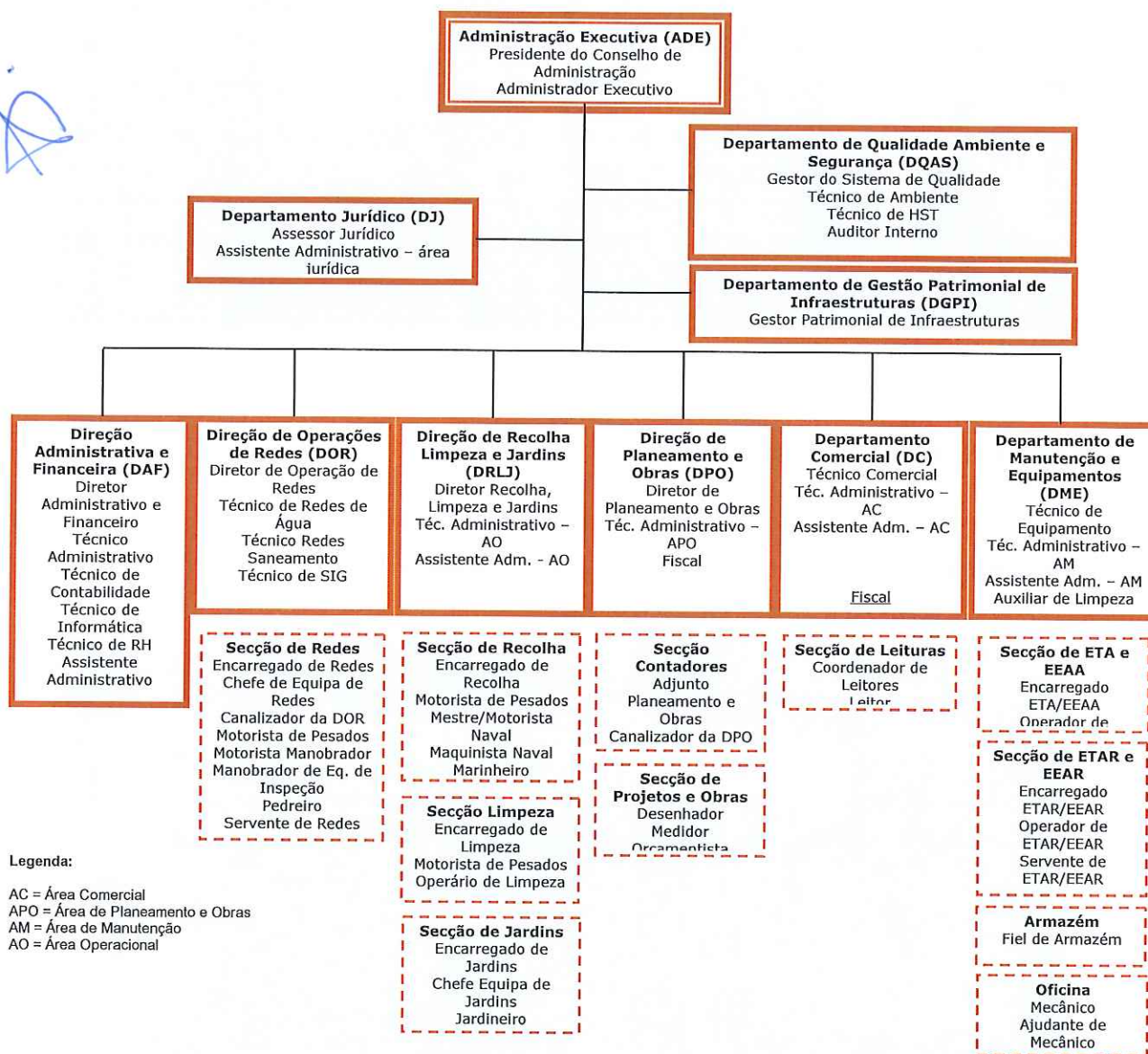
Feira de São Francisco – Outubro 2016

Esteve também presente na Feira de São Francisco, que decorreu entre os dias 1 a 5 de Outubro, com três campanhas, uma promovendo o consumo de água da torneira, outra sobre a importância da reciclagem e outra com a nova campanha infantil de resíduos.



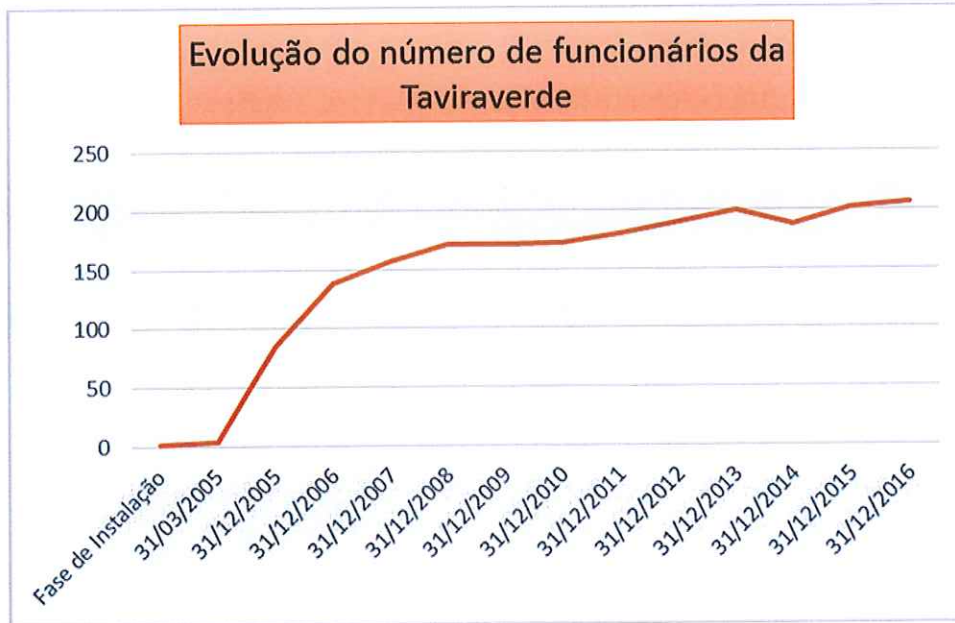
12. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2016, o organograma funcional da empresa apresentava a seguinte estrutura:



O quadro abaixo representa a evolução do número de trabalhadores desde do início da atividade da empresa até ao exercício de 2016.

O pessoal da empresa, em 31 de dezembro de 2016 era composto por 206 indivíduos, sendo 34 em cedência de interesse público dos quadros do Município, 166 do quadro da Empresa e 6 contratados a termo certo.



Quanto à percentagem dos colaboradores da empresa distribuídos por sexo, verificou-se a existência de 79% do sexo masculino e 21% do sexo feminino.



Através da análise do quadro abaixo, verifica-se que em 2016 a empresa registou 28 entradas de colaboradores e 25 saídas, sendo 2 por fim de cedência de interesse público.

Movimento de pessoal no ano

	2014	2015	2016	Variação 16/15	
Entradas	17	27	28	1	3,7%
Saídas	27	12	25	13	108,3%
Saídas por reforma	3	2	0	-2	-100,0%
Saídas por outros motivos	24	10	25	15	150,0%

Na análise da antiguidade verifica-se que os quadros da empresa são estáveis, dado que a maioria dos funcionários está na empresa há já alguns anos, existindo nos quadros da empresa apenas 35 colaboradores com menos de 2 anos de antiguidade.

Antiguidade

	2014	2015	2016	Variação 16/15	
Antiguidade média dos trabalhadores	188	202	206	4	2,0%
Antiguidade - <2	18	22	35	13	59,1%
Antiguidade - 2-4	36	34	34	0	0,0%
Antiguidade - 5-7	33	31	27	-4	-12,9%
Antiguidade - 8-10	101	71	69	-2	-2,8%
Antiguidade - >10	0	44	41	-3	-6,8%

Na distribuição por grupos profissionais conseguimos observar que a maioria dos colaboradores pertence ao grupo operacional e ao grupo técnico/operário qualificado.

Distribuição por grupos profissionais

	2014	2015	2016	Variação 16/15	
Trabalhadores por grupos profissionais	188	202	206	4	2,0%
Administração	2	2	2	0	0,0%
Dirigentes	4	4	4	0	0,0%
Operacional	142	150	155	5	3,3%
Técnico/operário qualificado	35	39	38	-1	-2,6%
Técnico superior	5	7	7	0	0,0%

No que diz respeito à escolaridade dos colaboradores da Taviraverde, a maioria, 32%, completou o 1º ciclo do ensino básico, 24% dos colaboradores completaram o 9º ano ou equivalente e 17% completaram o 12º ano, 15% dos colaboradores completaram o 6º ano ou equivalente e os restantes encontram-se distribuídos pelos restantes níveis.

Nível de escolaridade

	2014	2015	2016	Variação 16/15	
Não sabe ler nem escrever	6	6	5	-1	-16,7%
Sabe ler e escrever sem possuir o 1.º ciclo do Ensino Básico	1	1	1	0	0,0%
1.º Ciclo do Ensino Básico (4º ano)	62	62	65	3	4,8%
2.º Ciclo do E.B. (6º ano ou equivalente)	25	25	31	6	24,0%
3.º Ciclo do Ensino Básico (9º ano ou equivalente)	46	46	49	3	6,5%
Ensino Secundário (12ºAno)	32	32	35	3	9,4%
Bacharelato	2	2	2	0	0,0%
Curso Técnico	1	1	1	0	0,0%
Licenciatura	12	12	13	1	8,3%
Mestrado	1	1	4	3	300,0%

A formação no ano de 2016 regista uma diminuição no número de participantes, no entanto houve um aumento no número de horas de formação (41,1%).

Formação

	2014	2015	2016	Variação 16/15	
Nº de horas de formação	2727	1013	1429	416	41,1%
Nº de formandos	202	148	81	-67	-45,3%
Nº de participantes	59	115	32	-83	-72,2%

O aumento registado no absentismo comparativamente ao ano anterior justificou-se essencialmente pelo acréscimo significativo no número de dias de ausência motivados pela ocorrência de situações de baixa prolongada e acidentes de trabalho, bem como pelo aumento de ausências por licença de maternidade e paternidade.

Absentismo

	2014	2015	2016	Variação 16/15	
Taxa de absentismo	5,06%	4,95%	5,05%	0	2,0%
Horas de absentismo	19783	20049	20676	627	3,1%

No que diz respeito ao número de acidentes de trabalho, verificou-se uma redução 10,5% relativamente ao ano anterior. No entanto, o número de dias de acidente de trabalho aumentou 22,4%.

13. Investimento

O investimento total realizado em 2016 ascende a 979 917 €. Os principais investimentos foram em redes de águas de abastecimento e em redes de águas residuais.

Investimento	2015	2016
CONDUTAS		
Abastecimento de água - Redes	211 607	426
Abastecimento de água - Ampliação	0	17 043
Águas Residuais - Conduas Elevatórias	54 276	0
Águas Residuais - Redes	412 887	62 307
Águas Residuais - Ampliação	0	1 056
CONSTRUÇÃO CIVIL		
Reservatórios - Eur	1 357	0
EE's Abastecimento	11 139	0
EE's Saneamento	49 861	3 000
Benfeitorias	197 499	281 373
EQUIPAMENTOS		
Furos de captação	2 720	0
Reservatórios - Eur	11 880	224
EE's Abastecimento	15 022	0
EE's Saneamento	101 586	0
ETA's	13 664	11 417
Contadores	66 056	62 276
Equipamento Eletromecânico	478	6 042
Equipamento de Segurança	3 677	0
INVESTIMENTO EM RSU's		
Equipamento de transporte	70 592	212 714
Ferramentas	90 950	90 177
INVESTIMENTO EM JARDINS e ESPAÇOS VERDES		
Ferramentas	4 286	5 771
OUTROS INVESTIMENTOS		
Fiscalização de Obras	7 140	0
Aquisição de Terrenos	28 338	0
Outros	154 569	181 884
Software	12 566	44 208
	1 522 150	979 917

No gráfico representa a evolução do investimento ao longo dos anos.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

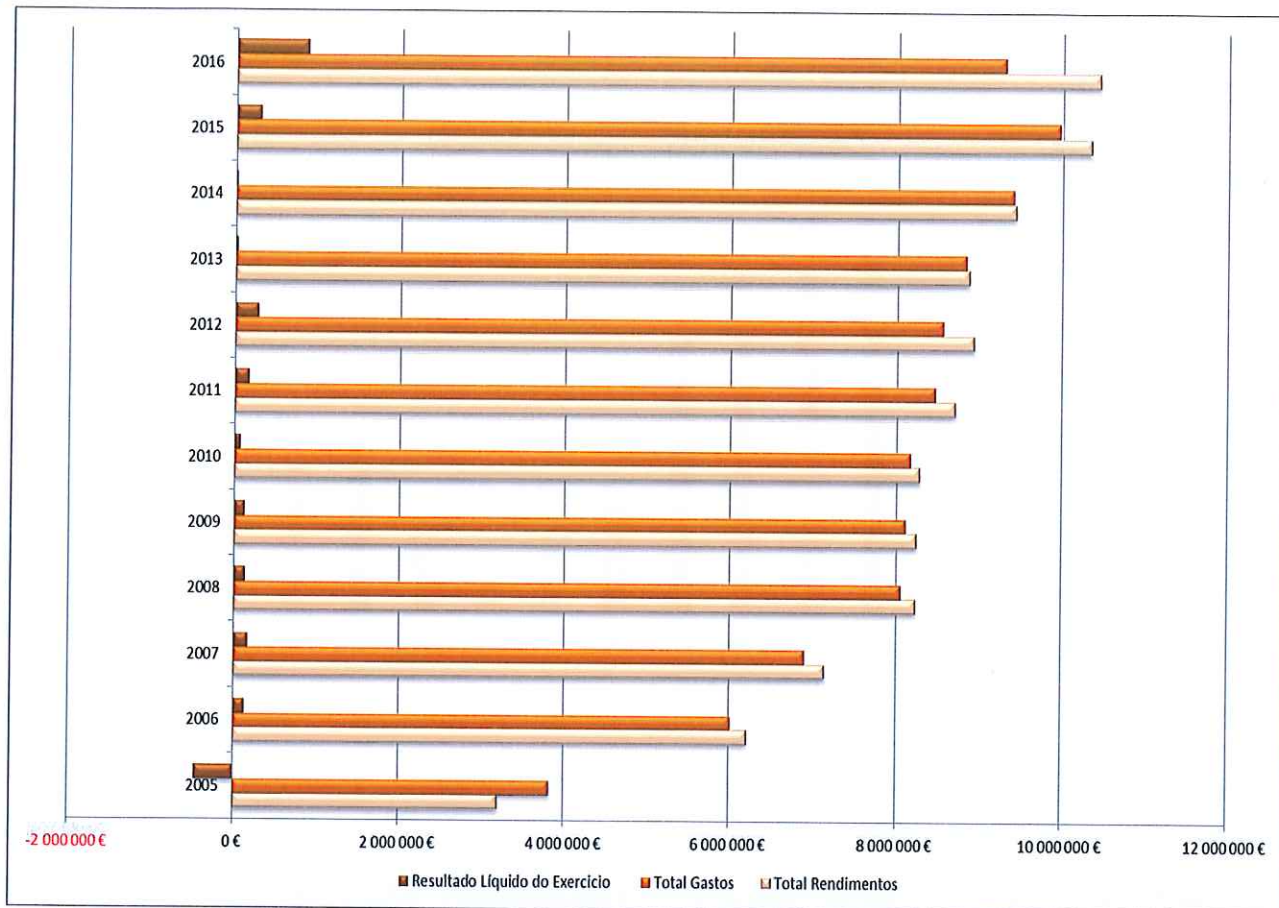
O rácio de rotação do ativo tem subido ao longo do tempo o que significa uma melhor eficiência no aproveitamento dos ativos da empresa.

Rotação do ativo	2014	2015	2016
Vendas e prestação de serviços	7 768 602,27 €	8 226 478,00 €	8 746 473,78 €
Ativo Total	14 728 069,69 €	15 043 763,10 €	16 028 630,35 €
	0,527	0,547	0,546

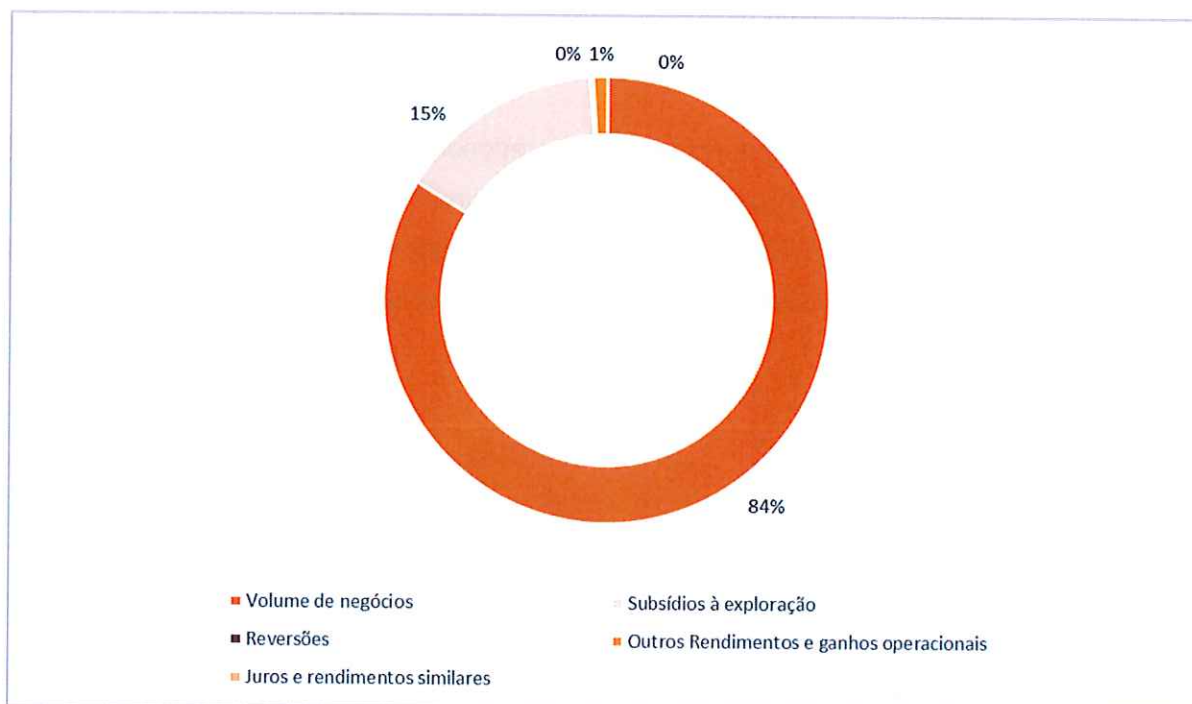
14. Situação económica ou financeira

O ano de 2016 ficou marcado por um desempenho económico bastante positivo, tendo superado o ano 2015, concluiu o exercício com um total de rendimentos de 10,44 milhões de euros e um total de gastos de 9,29 milhões de euros. No gráfico seguinte podemos observar a evolução do total dos ganhos, gastos e resultados líquidos do exercício desde a constituição da empresa.

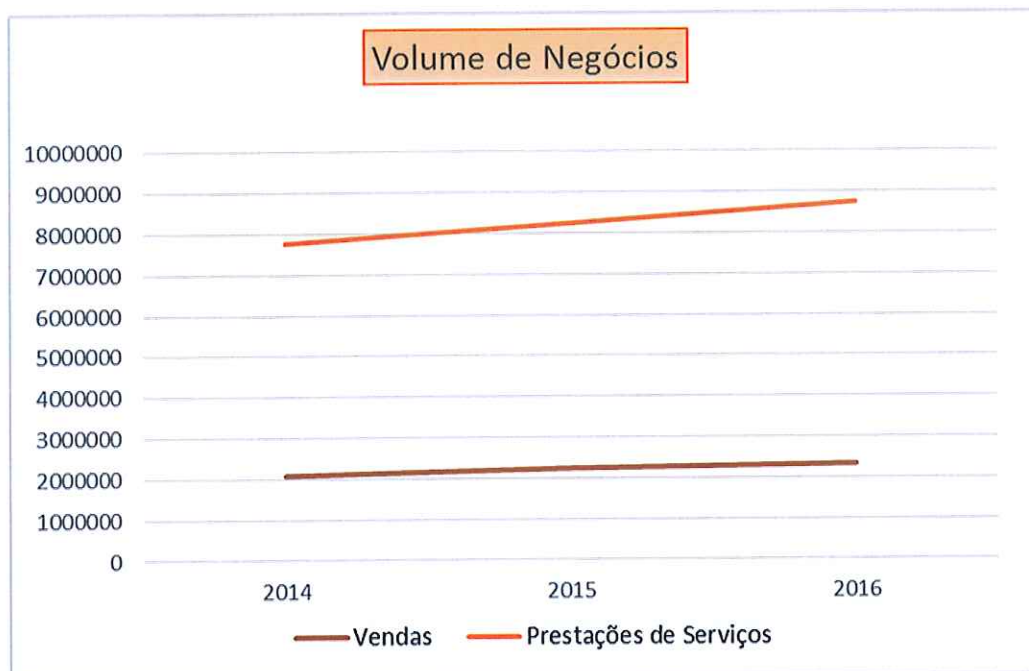
Handwritten blue scribbles and marks on the left margin of the page.



No que se refere à estrutura dos rendimentos, as rúbricas mais significativas são o volume de negócios e os subsídios à exploração que representam cerca de 84% e 15%, respetivamente, dos rendimentos totais da empresa, conforme gráfico abaixo.



O volume de negócios em 2016 ascendeu os 8,75 milhões de euros, apresentando um crescimento de 6,32% relativamente ao ano anterior.



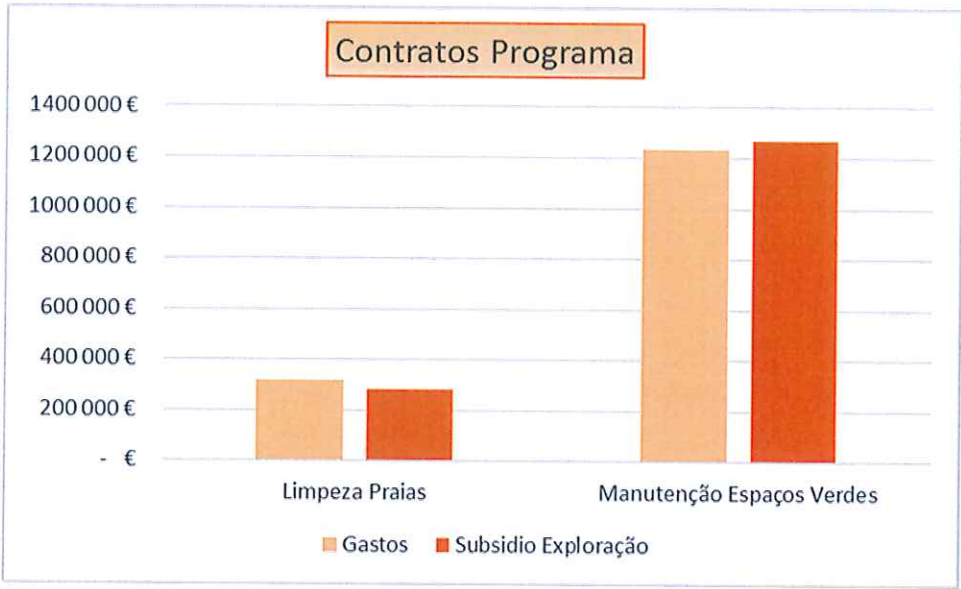
As principais atividades da empresa são: distribuição de água de abastecimento, recolha de águas residuais e a recolha de resíduos sólidos urbanos.

A atividade que mais contribuiu para os rendimentos da empresa foi a distribuição de água de abastecimento e a que menos contribuiu foi a recolha de águas residuais, como podemos verificar, na tabela seguinte:

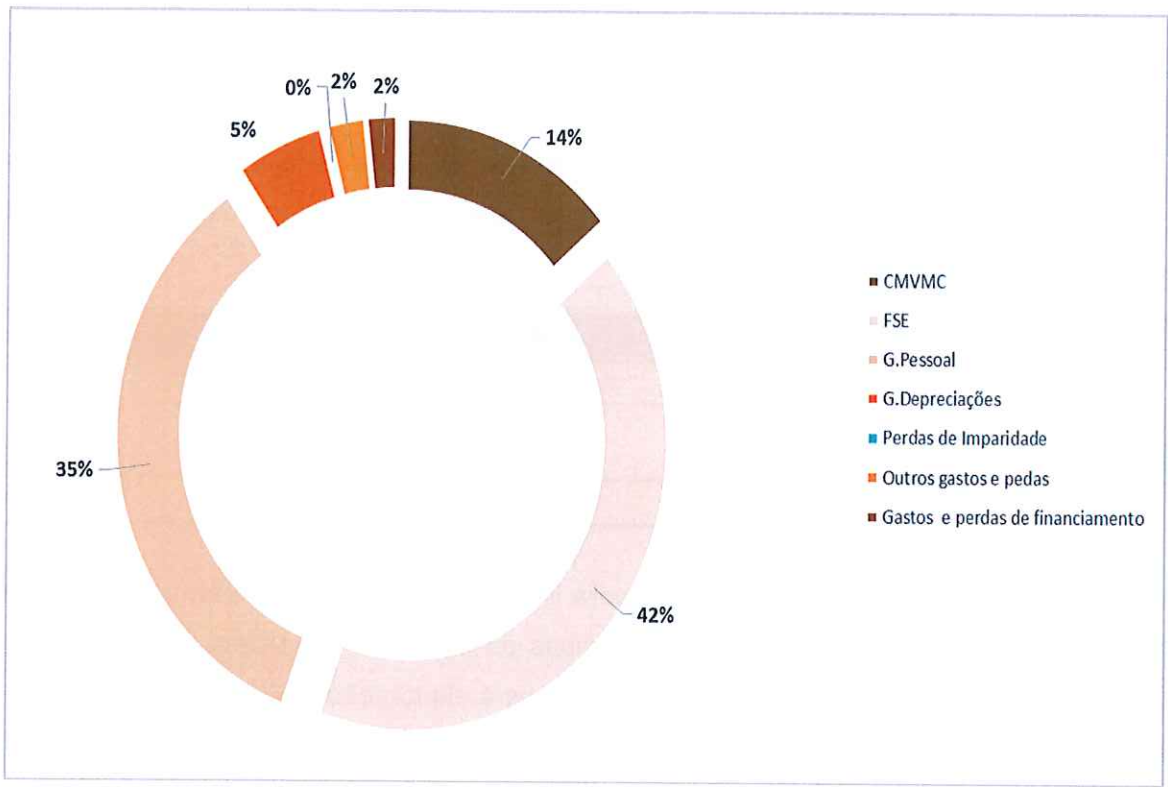
Volume de Negócios por Atividades				
	Águas de Abastecimento	Águas Residuais	Recolha de RSU's	Total
Volume Negócios	3 512 493 €	2 509 314 €	2 724 666 €	8 746 474 €
	40%	29%	31%	100%

As compensações financeiras dos contratos para limpeza de praias e contrato programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira, celebrados com o Município de Tavira, foram contabilizadas em subsídios à exploração, no valor de 1,54 milhões de euros. As compensações financeiras na sua globalidade cobriram os gastos das atividades.

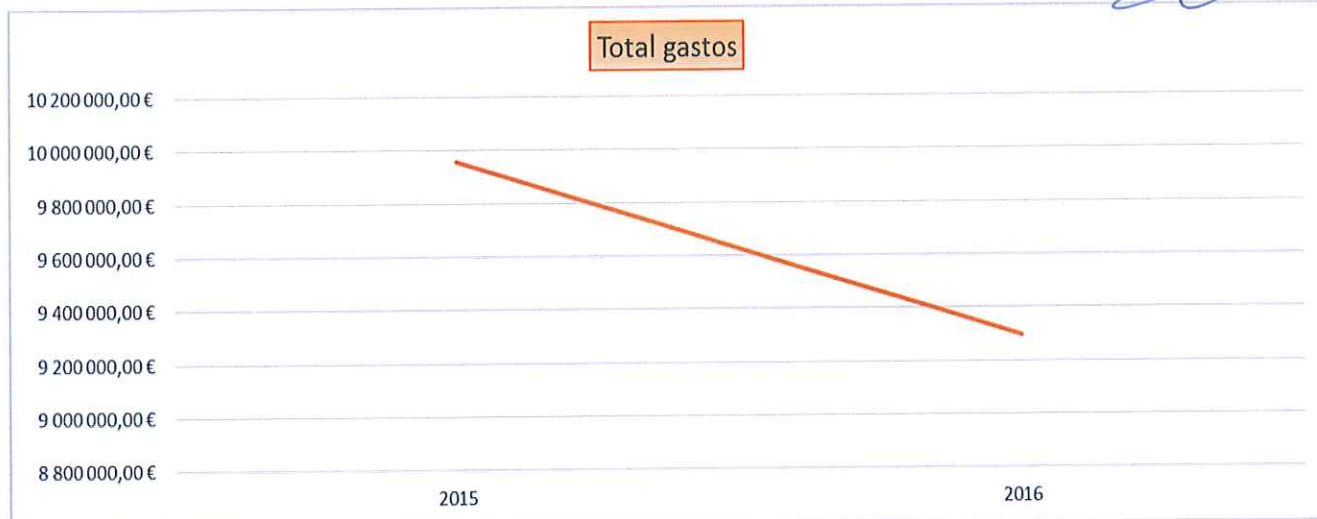
Handwritten blue scribbles and marks on the left side of the page.



No que se refere à estrutura de gastos, as rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal que representam cerca de 42% e 35%, respetivamente, dos gastos totais da empresa.



Em 2016 verificou-se uma redução no total dos gastos e perdas de cerca de 7% relativamente ao ano anterior, conforme gráfico abaixo:

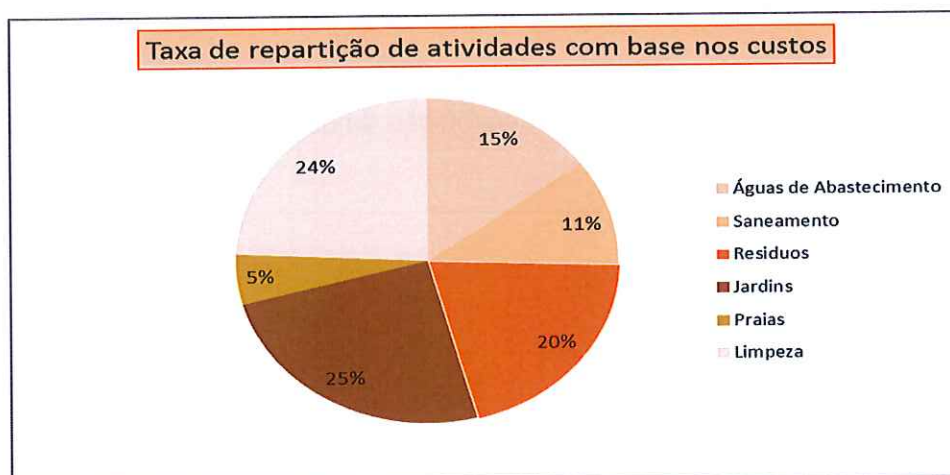


Os principais gastos da empresa são com as entidades gestoras em alta (Águas do Algarve, SA e Algar, SA). A aquisição de água de abastecimento, representa 89% das CMVMC e a entrega de águas residuais e a recolha de RSU, representam 41% do total dos Fornecimentos e Serviços Externos.

A tabela abaixo demonstra o peso que representam os gastos com as entidades gestoras em alta, nos gastos específicos da atividade:

Gastos com Entidade Gestora em Alta			
	Águas de Abastecimento	Águas Residuais	Recolha de RSU's
Gastos Entidade Gestora em alta	1 134 039 €	996 811 €	593 402 €
Totais Gastos Específicos da Atividade	2 116 589 €	1 742 682 €	1 481 499 €
	54%	57%	40%

O gráfico abaixo demonstra a contribuição dos gastos de cada uma das atividades para os gastos totais da Taviraverde.



Os rácios económico-financeiros apresentam uma melhoria, relativamente ao ano anterior, como podemos observar nas tabelas abaixo.

Autonomia Financeira		
	2016	2015
Capitais Próprios	5 105 849 €	4 302 719 €
Ativo Total	16 028 630 €	15 043 763 €
	32%	29%

Endividamento		
	2016	2015
Passivo Total	10 922 782 €	10 741 044 €
Ativo Total	16 028 630 €	15 043 763 €
	68%	71%

Liquidez Geral		
	2016	2015
Ativo corrente	2 089 744 €	1 569 091 €
Passivo corrente	4 227 176 €	4 563 387 €
	49%	34%

Rentabilidade dos Capitais próprios		
	2016	2015
Resultado Líquido	861 738 €	301 938 €
Capitais Próprios	5 105 849 €	4 302 719 €
	17%	7%

15. Proposta de aplicação de resultados

As contas, respeitantes ao exercício de 2016, conduziram a um resultado positivo de 861.738,48€ para o qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

- 861.738,48 € (Oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e trinta e oito euros e quarenta e oito cêntimos) para distribuição de dividendos aos acionistas.

16. Agradecimentos

O Conselho de Administração da Taviraverde quer agradecer a todos os que contribuíram para os bons resultados da empresa no ano de 2016, designadamente:

- ♣ Aos Clientes;
- ♣ Aos Colaboradores;
- ♣ Aos Titulares dos Órgãos Sociais;
- ♣ Aos Acionistas;
- ♣ Aos Fornecedores;
- ♣ Aos Bancos;
- ♣ Às Entidades Reguladoras

Tavira, 01 de Março de 2017

O Conselho de Administração



Jaime Luís Fernandes Costa
(Presidente)

António Manuel Dias Chaves Ramos
(Administrador)



João Pedro da Conceição Rodrigues
(Administrador)



B
A

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.
Balanco

PERIODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2016




RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2016	2015
ACTIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	3, 8, 9	13 899 531,18	13 467 381,33
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	3, 7	36 317,49	5 906,92
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Partes Financeiras - Método da Equivalência Patrimonial		0,00	0,00
Partes Financeiras - Outros Métodos		0,00	0,00
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros	3	3 037,62	1 383,98
Ativos por Impostos Diferidos		0,00	0,00
		13 938 886,29	13 474 672,23
Ativo Corrente			
Inventários	3, 11	140 340,17	141 459,30
Ativos Biológicos		0,00	0,00
Clientes	3, 6, 17	480 399,40	598 828,59
Adiantamentos a Fornecedores		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	3, 16, 19	138 369,04	192 450,46
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Outras Contas a Receber	3	56 287,48	58 688,84
Deferimentos	19	208 260,78	32 941,68
Ativos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Ativos Financeiros		0,00	0,00
Ativos Não Correntes Detidos Para Venda		0,00	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	3, 17	1 066 087,19	544 722,00
		2 089 744,06	1 569 090,87
TOTAL DO ACTIVO		16 028 630,35	15 043 763,10
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	3, 17	50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) Próprias		0,00	0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio		246 103,50	246 103,50
Prémios de Emissão		0,00	0,00
Reservas Legais	3	10 000,00	10 000,00
Outras Reservas		0,00	0,00
Resultados Transitados	3	922 961,86	621 024,01
Ajustamentos em Ativos Financeiros		0,00	0,00
Excedentes de Revalorização		0,00	0,00
Outras Variações no Capital Próprio	3, 14, 16	3 015 044,67	3 073 653,79
Resultado Líquido do Exercício		861 738,48	301 937,85
Interesses minoritários			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		5 105 848,51	4 302 719,15

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2016	2015
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	13	788 025,09	788 025,09
Financiamentos Obtidos	3, 9, 10, 13	5 615 272,79	5 070 141,05
Responsabilidades Pós-Emprego		0,00	0,00
Passivos por Imposto Diferidos		0,00	0,00
Outras Contas a Pagar		292 307,48	319 491,21
		6 695 605,36	6 177 657,35
Passivo Corrente			
Fornecedores	3, 6, 17	1 487 888,92	1 816 650,62
Adiantamento de Clientes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	3, 19	370 330,90	160 860,73
Acionistas/Sócios		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos	3, 10, 17	750 000,00	909 000,00
Outras Contas a Pagar	3, 6, 17	1 581 879,77	1 640 760,46
Diferimentos	3	37 076,89	36 114,79
Passivos Financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros		0,00	0,00
Passivos Não Correntes Detidos para Venda		0,00	0,00
		4 227 176,48	4 563 386,60
TOTAL DO PASSIVO		10 922 781,84	10 741 043,95
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		16 028 630,35	15 043 763,10

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.
Demonstração de resultados por naturezas




PERIODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2016

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e Serviços Prestados	3,6,12,19	8 746 473,78	8 226 478,10
Subsídios à Exploração		1 560 884,41	1 559 010,77
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos		0,00	0,00
Variação de Inventários na Produção		0,00	0,00
Trabalhos Para a Própria Empresa	3, 10	0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias consumidas	11	-1 278 891,23	-1 257 128,58
Fornecimentos e Serviços Externos	3, 6, 19	-3 892 854,77	-3 649 689,22
Gastos com o Pessoal	6	-3 220 576,99	-3 278 970,96
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	11 747,40	-31 810,43
Provisões (aumentos / reduções)			-133 336,80
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Aumentos / Reduções de Justo Valor			0,00
Outros Rendimentos	17, 19	109 451,08	164 385,70
Outros Gastos		-214 263,49	-40 065,66
Resultado antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 821 970,19	1 558 872,92
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	7, 8, 9	-504 851,34	-879 600,72
Imparidade de Investimento depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 317 118,85	679 272,20
Juros e rendimentos similares obtidos	12, 17	1 917,25	2 757,01
Juros e rendimentos similares Suportados	3, 9, 10, 17	-169 710,57	-298 973,99
Resultado antes de impostos		1 149 325,53	383 055,22
Imposto sobre o rendimento do período	3, 16	-287 587,05	-81 117,37
Resultado Liquido do Exercício		861 738,48	301 937,85

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues






TAVIRAVERDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.
Demonstração de fluxos de caixa



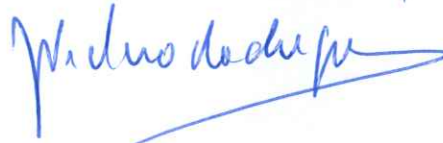
PERÍODO FINDO EM: 31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de Clientes		10 309 384,09	9 207 817,61
Pagamento a Fornecedores		-5 650 016,09	-5 337 257,86
Pagamento ao Pessoal		-2 792 043,34	-2 678 818,98
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		1 867 324,66	1 191 740,77
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		-212 223,52	-32 261,21
Outros Recebimentos/Pagamentos		-361 732,84	207 776,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		1 293 368,30	1 367 255,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-928 429,30	-1 628 479,81
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiro</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiro</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00	934 397,60
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	458,35
<i>Dividendos</i>			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-928 429,30	-693 623,86

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		6 755 000,00	2 225 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6 254 839,79	-2 776 635,03
Juros e gastos similares		-343 734,02	-258 725,33
Redução de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		156 426,19	-810 360,36
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)	4	521 365,19	-136 728,60
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERIODO		544 722,00	681 450,60
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERIODO		1 066 087,19	544 722,00

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues

Entidade: TAVIRAVARDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.




Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2016

Euro

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transfados	Resultado líquido do período	Total			
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	3 073 653,79	621 024,01	301 937,85	4 302 719,15	0,00	4 302 719,15	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00	
Alterações de políticas contabilísticas													0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00	
Realização do excedente de revalorização													0,00	
Excedentes de revalorização													0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio													0,00	
7		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58 609,12	301 937,85	301 937,85	-301 937,85	811 697,86		811 697,86	
8														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
9=7+8														
RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
10 6+7+8+9 +10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4ª POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	3 015 044,67	922 961,86	861 738,48	5 105 848,51	0,00	5 105 848,51		

Técnica Oficial de Contas

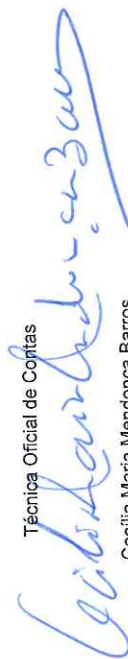
 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luís Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues




Entidade: TAVIRAVEDE-EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE, E.M.

Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2015 **Euro**

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transfidos	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	2 366 038,49	617 907,94	3 116,07	3 293 166,00	0,00	3 293 166,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente de revalorização													0,00
Excedentes de revalorização													0,00
Ajustamentos por impostos diferidos													0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								707 615,30	3 116,07	-3 116,07	707 615,30		707 615,30
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	707 615,30	3 116,07	-3 116,07	707 615,30	0,00	707 615,30
	3												301 937,85
													0,00
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												301 937,85
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6=1+2+3+5	50 000,00	246 103,50	10 000,00	0,00	0,00	0,00	3 073 653,79	621 024,01	301 937,85	4 302 719,15	0,00	4 302 719,15

Técnica Oficial de Contas

 Cecília Maria Mendonça Barros

Conselho de Administração
 Presidente - Jaime Luis Fernandes Costa
 Vogal - António Manuel Dias Chaves Ramos
 Vogal - João Pedro da Conceição Rodrigues






Anexo

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que se aplicam à Empresa, em referência ao exercício de 2016.

1. Identificação da entidade

Designação da sociedade

A empresa foi constituída em 28 de Fevereiro de 2005 com a denominação Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua 25 de Abril, nº 1 – R/C Esq., 8800-347 Tavira

Natureza da actividade

A 1 de Março de 2005 a Empresa iniciou a sua actividade de gestão, exploração, manutenção e conservação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção construção e gestão de espaços públicos no Concelho de Tavira.

Designação da empresa-mãe

A Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente E.M. é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos e é detida em 51% pelo Município de Tavira .

Sede da empresa-mãe

A empresa-mãe tem a sua sede na Praça da República , 8800-951 Tavira.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Sistema de Normalização Contabilística

Em 31 de Dezembro de 2016, a preparação das demonstrações financeiras foi efectuada de acordo o Sistema de Normalização Contabilista (SNC).

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

A B A

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

- Existem contas da demonstração de resultados, cujos conteúdos não são comparáveis com os do exercício anterior, nomeadamente as contas de gastos relacionadas com a atividade – Serviço Público de Romoção de Lixos, que passou a aplicar-se o método de afetação real não podendo ser deduzida qualquer parcela do IVA suportado nas aquisições de bens e serviços que lhes estão associados. Esta situação resulta da necessidade de dar cumprimento ao ofício circularizado nº 30177 da Direção dos serviços do IVA, onde as empresas locais tipificadas no artigo 45º da Lei nº 50/2015, seguem o mesmo regime das autarquias locais, nas funções de recolha de lixos/resíduos urbanos desempenhadas ao abrigo dos poderes que lhes são atribuídos pelos municípios, encontrando-se tais atividades igualmente excluídas do campo de incidência do imposto, por aplicação do nº 2 do artº 2º CIVA.

3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes dos anexos da Portaria nº 220/2015, de 24 de julho que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC ;
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados na produção, prestação de serviços ou no uso administrativo.

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método duodécimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem aos programas informáticos, com contrato de continuidade, e são registados ao custo de aquisição.

Os contratos de manutenção dos referidos Ativos são contabilizados em gastos no exercício em que ocorrem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

c) Subsídios ao Investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de ativos tangíveis, estão registados no balanço na rubrica: Outras Variações no capital próprio.

Mensalmente é calculada e transferida para a conta de outros rendimentos e ganhos do exercício, a quota parte do montante do subsídio através do processo da amortização durante a vida útil do ativo.

d) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

i) Passivos por Impostos Diferidos

Os Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos passivos da Empresa.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Passivos por Impostos Diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço;
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

ii) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21 %.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

f) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas pelo justo valor da retribuição a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

A imparidade é determinada com base nos critérios económicos tendo em conta a legislação em vigor.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transacções e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.



j) Rúbricas dos Capitais Próprios

i) Capital Realizado

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

ii) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rúbrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas, em espécie, pelo acionista de direito público, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 32 do CSC).

iii) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC)

iv) Resultados Transitados

Esta rúbrica inclui Resultados Transitados apurados de acordo com Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA) anteriores a 2010 e Ajustamentos efetuados de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

v) Outras variações no capital próprio

Esta rúbrica inclui os passivos por impostos diferidos de acordo com a alínea d) e os subsídios do governo de acordo com a alínea c).

k) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo nominal.

Estão registados os empréstimos bancários e as locações financeiras.

l) Outras Contas a Pagar

As restantes contas a pagar não vencem juros, nem têm implícitos quaisquer juros, pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

n) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição, recebida ou a receber, deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

o) Trabalhos para a Própria Entidade

É contabilizada nesta rúbrica a capitalização dos gastos de financiamento ocorridos durante a construção dos ativos.

p) Fornecimento e Serviços Externos

São registados em FSE todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

q) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- o Juros bancários;
- o Juros de financiamentos em locação financeira;

Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas de relevo para além das mencionadas no ponto 3.1.

Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

- **Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a empresa opera.

Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subseqüentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

r) **Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e Bancos		
	2016	2015
Caixa	2 050	1 900
Depósitos à Ordem e a Prazo	1 064 037	542 822
	1 066 087	544 722

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram, durante o ano, alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores, conforme o preceituado na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas e Erros.

6. Partes Relacionadas

Relacionamentos com empresas-mãe

a) Nome da empresa-mãe imediata

Município de Tavira

b) Nome da empresa-mãe controladora final

Município de Tavira

Remunerações do pessoal chave da gestão:

- a) Total de remunerações:
- b) Total de benefícios de curto prazo dos empregados:
- c) Total de benefícios pós-emprego:
- d) Total de outros benefícios de longo prazo:
- e) Total de benefícios por cessação de emprego:
- f) Total de pagamentos com base em ações:



Remunerações dos Órgãos de Gestão

	2016	2015
Total de remunerações	96 189	103 588
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	0	0
Total de benefícios pós-emprego	0	0
Total de outros benefícios de longo prazo	0	0
Total de benefícios de longo prazo	0	0
Total de benefícios por cessação de emprego	0	0
Total de pagamentos com base em ações	0	0

Transacções entre partes relacionadas:

- a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Natureza do relacionamento

Partes Relacionadas	Serviços que prestam/Transacções que faz	Serviços que recebem/Transacções que recebe
Município Távira	Fornecimento de Águas de Abastecimento, recolha de Águas Residuais e de Resíduos Sólidos Urbanos	Assistência Técnica
	Manutenção dos espaços verdes	
	Limpeza das Praias	
	Limpeza Espaços Públicos	
	Limpeza de Fossa	
AGS		Assistência Técnica
		Disponibilização de Serviços SIG
		Apoio para Melhoria da Eficácia e Eficiência na Gestão Operacional
		Micro produção de energia
		Atualização de Base dados de Legislação
		Sistema de Televigilância de EEAR
		Plano de gestão de perdas e energia e Plano de emergência no âmbito da segurança da água e atividades conexas.
		Análises Águas Residuais
		Juros Prestações Acessórias

b) **Transações e saldos pendentes:**

i) **Quantia das transações:**

Quantias das Transações

Partes Relacionadas	Anos	Vendas / Prestação de serviços	Compra de Bens, Serviços e outros	Subsídios à Exploração
Município Távira	2016	281 749	247 557	1 548 354
	2015	278 656	209 611	1 470 750
	2014	270 289	198 241	1 082 849
AGS	2016	0	311 136	0
	2015	0	238 453	0
	2014	0	188 048	0

ii) **Quantia dos saldos pendentes:**

Saldos Pendentes

Partes Relacionadas	Anos	Contas a Receber	Contas a Pagar
Município Távira	2016	18 009	65 558
	2015	151 338	41 500
	2014	55 390	124 859
AGS	2016	0	98 862
	2015	0	63 039
	2014	0	51 200

iii) **Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:**

Não existem quaisquer ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionadas com a quantia de saldos pendentes.

iv) **Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:**

Não existem gastos reconhecidos durante o período respeitantes a dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas.

7. Ativos Intangíveis

No Ativo Intangível estão registados os programas informáticos com contratos de continuidade.

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

- a) **Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;**

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita, de acordo com o contrato de continuidade do software.

- b) **Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas**

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

- c) **A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período**


Ver quadro da alínea e) do presente parágrafo.

- d) **Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída**

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidos na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

- e) **Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações**

Ativos Intangíveis											
	01.01.2015	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2015	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2016
Programas de Computadores	156 208	12 566				168 775	44 208				212 982
Em curso	0					0					0
	156 208	12 566	0	0	0	168 775	44 208	0	0	0	212 982
Amortizações / Imparidade	148 731	14 137				162 868	13 797				176 665
	148 731	14 137	0	0	0	162 868	13 797	0	0	0	176 665
Ativos Intangíveis	7 477	-1 570	0	0	0	5 907	30 411	0	0	0	36 317

 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.

8. Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do ponto 3.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do ponto 3.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

A quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente item.

- e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Ativos Tangíveis

	01.01.2015	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2015	Adições	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2016
Terrenos e Recursos Naturais	258 942	28 338	0	0	0	287 280			0		287 280
Edifícios e Outras Construções	11 890 837	181 796	0	0	0	12 072 633	278 366	2 463 676	709	0	14 813 966
Equipamento Básico	1 824 695	83 043	0	0	0	1 907 738	125 345		500	2 030	2 030 553
Equipamento Transporte	1 341 985	129 592	0	0	0	1 471 577	212 714		3 500	0	1 680 790
Equipamento Administrativo	433 818	44 188	0	0	0	478 005	25 852	20 762	1 574	39 914	483 132
Outros Ativos Fixos Tangíveis	196 639	83 827	0	0	0	280 466	66 808		254	0	347 019
Em curso	1 769 363	958 800	0	0	0	2 728 163	226 625	-2 496 475	0	0	458 313
	17 716 279	1 509 583	0	0	0	19 225 862	935 710	-12 036,77	6 537	41 944	20 101 054
Amortizações / Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	2 056 182	554 201	0	0	0	2 610 383	322 668	-36	152	0	2 932 862
Equipamento Básico	1 146 276	184 639	0	0	0	1 330 915	85 766	-49	500	2 030	1 414 102
Equipamento Transporte	1 214 102	60 420	0	0	0	1 274 522	45 882	-1	3 500		1 316 903
Equipamento Administrativo	334 307	39 736	0	0	0	374 043	19 411	-2	1 574	39 914	351 965
Outros Ativos Fixos Tangíveis	142 150	26 468	0	0	0	168 618	17 327	0	254	0	185 691
	4 893 017	865 464	0	0	0	5 758 481	491 055	-88	5 980	41 944	6 201 523
Ativos tangíveis	12 823 262	644 119	0	0	0	13 467 381	444 655	-11 949	556	0	13 899 531

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Existem dois ativos fixos tangível dados como garantia de passivos:

- Prédio Urbano sob o artigo 4912 no valor de 201.400 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo na C. C. Agrícola;
- Prédio urbano sob o artigo 3167 no valor de 280.000 €, referente ao empréstimo bancário de médio longo prazo no Banco Comercial Português.



Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

As depreciações não foram incluídas como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.

9. Locações

Locações financeiras — locatários:

A Taviraverde, à data de 31 de Dezembro de 2016, contabiliza 12 contratos de locação financeira. Estes contratos encontram-se registados no balanço, como ativos tangíveis em contrapartida de financiamentos obtidos, pelo valor do bem.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro. O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os juros são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica Gastos e Perdas Financeiras.

- a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço para cada categoria de ativo**
- b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente**
- c) **Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos**
 - i) **Não mais de um ano;**
 - ii) **Mais de um ano e não mais de cinco anos;**
 - iii) **Mais do que cinco anos**
- d) **Rendas contingentes reconhecidas no resultado do período**
- e) **Descrição geral dos acordos de locação significativos incluindo (pelo menos) o seguinte**
 - i) **Base pela qual é determinada a renda contingente a pagar**
 - ii) **Existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento**
 - iii) **Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação**

Locação Financeira

Contratos	Bens	Data do contrato	Prazo Contrato	Tipo Investimento	Valor bem	Amortizações Acumuladas	Valor Contabilístico	Valor em dívida	Rendas Pagas 2016	Opção de Compra	Base de cálculo das tendas
Millennium - CLF nº 400055441	Contentores Enterrados	39097	120 meses	Edif. e Outras Const.	78874	29587	49288	4682	9733	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400055442	Contentores Enterrados	39097	120 meses	Edif. e Outras Const.	26902	10091	16811	1597	3320	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400056726	Contentores Enterrados	39128	120 meses	Edif. e Outras Const.	94147	35254	58893	6546	11570	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059266	Contentores Enterrados	39179	120 meses	Edif. e Outras Const.	77690	28991	48700	6965	9471	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400059725	Contentores Enterrados	39203	120 meses	Edif. e Outras Const.	22065	8131	13933	2198	2679	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400066424	Contentores Enterrados	39350	120 meses	Edif. e Outras Const.	8480	2970	5511	1176	1013	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068288	Contentores Enterrados	39370	120 meses	Edif. e Outras Const.	40777	14757	26020	6328	5078	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400068289	Contentores Enterrados	39370	120 meses	Edif. e Outras Const.	15252	5272	9980	2261	1814	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070322	Contentores Enterrados	39401	120 meses	Edif. e Outras Const.	12024	4102	7922	1897	1424	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400070342	Contentores Enterrados	39401	120 meses	Edif. e Outras Const.	44610	15217	29393	7036	5284	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400075474	Contentores Enterrados	39539	120 meses	Edif. e Outras Const.	36223	11546	24677	7396	4204	Sim	Taxa Juro Nominal
Millennium - CLF nº 400079507	Contentores Enterrados	39618	120 meses	Edif. e Outras Const.	27780	8489	19290	6423	3185	Sim	Taxa Juro Nominal
					484 824	174 408	310 417	54 504	58 775		

10. Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se descrita na alínea k) do ponto 3.

Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Durante o período não foram capitalizados custos dos empréstimos.

11. Inventários

Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea e) do ponto 3.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

Quantia Total de Inventários		
Inventários	2016	2015
Mercadorias	360	0
Matérias-primas	139 980	141 459
	140 340	141 459

Quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender (no caso de corretores/ negociantes)

Não aplicável

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Quantia de Inventários reconhecida como Gasto			
	Mercadorias	Matérias-primas	Total
Existências em 01-01-2015	376	141 724	142 100
Compras	1 113 269	145 759	1 259 028
Regularização Existências	-4 305	1 765	-2 540
Existências em 31-12-2015	0	141 459	141 459
Gasto do Exercício	1 109 340	147 788	1 257 129
Existências em 01-01-2016	0	141 459	141 459
Compras	1 064 990	183 287	1 248 277
Regularização Existências	69 528	-40 033	29 495
Existências em 31-12-2016	360	139 980	140 340
Gasto do Exercício	1 134 159	144 733	1 278 891

12. Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea n) do ponto 3.1.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda de bens

Venda de Bens		
	2016	2015
Venda de água	2 316 133	2 223 023
	2 316 133	2 223 023

b) **Prestação de serviços**

Prestação de Serviços

	2016	2015
Águas de Abastecimento	1 196 286	1 139 526
Águas Residuais	2 509 314	2 350 402
Recolha de Resíduos e Limpeza	2 724 666	2 513 527
	6 430 266	6 003 455

c) **Juros**

Juros

	2016	2015
Juros Cobrança Fora de prazo	1 917	2 219

13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Divulgações para cada classe de previsão:

i) **Quantia escriturada no começo e no fim do período:**

Provisões

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para processos judiciais em curso	788 025	0	0	788 025
	788 025	0	0	788 025

14. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras:

As políticas contabilísticas adotadas para os subsídios do governo encontram-se descritos na alínea c) do ponto 3.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecido nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Subsídios à exploração atribuídos pelo Município de Tavira, no âmbito dos contratos de gestão de limpeza de praias e contrato programa para a gestão e manutenção dos espaços verdes públicos do concelho de Tavira:

Contratos Programa		
	2016	2015
Espaços Verdes e Lagos	1 266 300	1 260 000
Limpeza de Praias	282 054	210 750
	1 548 354	1 470 750

- Subsídios à exploração para a área dos recursos humanos conforme quadro abaixo:

Estágios, Estímulos à Contratação e Formação		
	2016	2015
Instituto de Emprego e Formação Profissional	12 531	13 881
	12 531	13 881

15. Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

- a) **Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.**

As demonstrações financeiras foram aprovadas a 24 Janeiro de 2017 pelo Conselho de Administração da empresa.

- b) **Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.**

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações após a data do balanço que originassem atualizações quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) **Natureza do acontecimento;**
- b) **Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).**

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

16. Imposto sobre o rendimento

Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes		
	2016	2015
IRC do ano	-287 587	-81 117

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Obras Financiadas

	Saldo inicial	Amortização e/ou Subsídio recebido em 2016	Saldo 31-12-2016
CCDR ProAlgarve FDR-162 Estorninhos	120 764	-3 233	117 531
CCDR ProAlgarve FDR-164 P.Carvalho	194 020	-5 246	188 774
QREN POVT E106-Exec.Cond.Furo ao Reserv.Alfarrob.	30 169	-616	29 553
QREN POVT E102b-Abst.Água/ARD Corte Antº Martins F1	106 267	-2 332	103 936
QREN POVT E112-EEARs 1,2 e 3 em Amaro-Gonçalves	79 860	-2 277	77 583
QREN POVT E80- Rede ARD Montes e Lagares	70 737	-1 552	69 184
QREN POVT E118- Constr.EE+Reservat.+ETAR Currais Fase2	79 422	-1 622	77 800
QREN POVT E105- Cond.Elev. Furo/Reserv Estorninhos	21 330	-468	20 862
QREN POVT E83-Exc.ARD Campina Santiago Luz1.2	58 978	-1 295	57 683
QREN POVT E78-Exc.Redes Agua Resid. Livramento	147 845	-3 245	144 600
QREN POVT E93-Exec.Redes ARD Pinheiro-Luz	113 269	-2 485	110 783
QREN POVT E111-Prolong.Redes Abast. Agua Corte Peso	29 482	-647	28 835
QREN POVT E67-Abast.Agua e ARD Rua Pelames Zona1	117 397	-186	117 211
QREN POVT E91-Abast.Agua e ARD Rua Pelames Zona2	55 408	-88	55 321
QREN POVT E74 - Lig. Redes ARD Atalaia à EE3 AdA	33 168	-722	32 446
QREN POVT E96 - Remod. Redes ARD Rua José P.Padilha	116 719	-2 537	114 183
QREN POVT E66 - Conduta ETAR Luz à Cx 119 REFER	15 305	-333	14 972
QREN POVT E114 - Prol. redes Abast. Agua Sra Saude	33 768	-733	33 034
QREN POVT E90 - Redes ARD Sitio Palmeira	45 373	-989	44 384
QREN POVT E89 - Exec. Redes ARD em Stº. Estevão	58 278	-1 269	57 009
QREN POVT E88 - Exec. Redes ARD Caminho do Meio	95 580	-2 030	93 549
QREN POVT E73 - Exec. Redes Aguas Resid. Arroiteia	189 325	-3 980	185 345
QREN POVT E115-Prolg.Redes ARD+ Agua Mato St.Espírito	16 741	-351	16 389
QREN POVT E99-Remod.Redes ARD Rua 1ºMaio e Lig. AdA	39 199	-825	38 374
QREN POVT E72 - Exec.Redes ARD Pinheiro - destaque	50 618	-1 071	49 546
QREN POVT E100 - Desvio Conduta ARD ETAR Tavira	35 696	-740	34 955
QREN POVT E65 - Lig.Redes ARD Pedras d'Rei à Ada	8 758	-193	8 565
QREN POVT E69 - Lig.EEAR Campo Feira à EARD AdA	51 577	-1 139	50 439
QREN POVT E113-Remod.Redes ARD Mato Stº Esp. Marvão Q.Salinas	55 726	-1 059	54 667
QREN POVT E87 - Exec. Redes ARD em Amaro Gonçalves	287 380	-5 209	282 171
QREN POVT E120-Exec.Redes Águas + ARD em Cumeada - Conceição	222 227	-4 223	218 004
QREN POVT E92-Exec. Redes ARD Sinagoga (SIN2)	209 090	-3 973	205 117
QREN POVT E108 - Redes Abast.Água Vale João Farto	74 310	-1 518	72 792
QREN POVT E97-Ex.Redes ARD na Campina da Luz	103 405	-1 965	101 440
QREN POVT E107-Redes ARD Montes e Lagares (Casas Juntas) Fase 2	138 939	-1 320	137 619
QREN POVT E121 - Redes ARD em Bernardinho	267 553	-2 542	265 012
QREN POVT E117-Extens.Redes Abast.Água Espartosa/Carrasqueira	14 353	-296	14 056
QREN POVT E125 - Prolong.Redes Abst.Água e ARD Sitio Palmeira	8 587	-177	8 410
QREN POVT E128-Prolong.Redes Abast.Água Sitio da Gomeira	16 388	-338	16 050
QREN POVT E129-Redes Água+Conduta Furo-Reserv.Alfarrob.Fase 2	10 542	-215	10 327
QREN POVT E130-Redes ARD Urb.Mato StºEspírito/Marvão/Q.Salinas-Fase2	105 956	-2 013	103 943
QREN POVT E131-Prolong.Abast.Água + ARD no sitio do Fundo	100 308	-2 049	98 260
QREN POVT E133 - Redes Abast. Água sitio Marco - Santa Catarina	36 787	-699	36 088
QREN POVT E135 - Redes ARD e Águas Abast. Sitio Morgadinho - Luz	26 006	-515	25 490
QREN POVT E138 - Redes ARD Sitio Santa Margarida	73 590	-1 398	72 191
QREN POVT E136 - Redes ARD e AA Sitio Poço Caldeirinha	6 026	-114	5 912
QREN POVT E123- Sistema Adução Água a Currais	64 252	-1 312	62 940
QREN POVT E134-Prolong.Redes Abast. Água Sitio de Estiramantens	51 689	-982	50 707
QREN POVT E126 - Construção de FitoETAR em Currais	2 536	-66	2 470
	3 890 701	-64 013	3 816 512

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável (eis) é (são) calculada (s);ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável

O Gasto (rendimento) por Impostos correntes

	Base de Imposto		Taxa de Imposto
	2016	2015	2016
Resultado antes de impostos	1 149 325,53 €	383 055,22 €	
Variações patrimoniais			
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
	241 358,36 €	80 441,60 €	21,00%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais			
IRC	36 838,37 €		
Multas, coimas, juros compensatórios	28 992,55 €	323,50 €	
Correções Relativas a exercícios anteriores	62 991,24 €	5 555,34 €	
Indemnizações por eventos seguráveis			
Outros	536,24 €	0,00 €	
	129 358,40 €	5 878,84 €	11,26%
Proveitos não tributáveis			
Mais-valias contabilísticas	2 799,09 €	6 400,00 €	
Excesso da estimativa para impostos	5 029,00 €	5 764,38 €	
	7 828,09 €	12 164,38 €	0,68%
Lucro tributável	1 270 855,84 €	376 769,68 €	
Taxa de imposto sobre rendimento	21,0%	21,0%	
Imposto calculado	266 879,73 €	64 113,87 €	23,22%
Derrama	0,00 €	0,00 €	0,0%
Tributação autónoma	20 707,32 €	17 003,50 €	1,8%
Imposto sobre o rendimento	287 587,05 €	81 117,37 €	25,02%

Explicação de alterações na taxa (s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Ao IRC não foi acrescida Derrama pelo facto do Município de Tavira, em 2016, não ter fixado qualquer taxa de derrama.

17. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contábilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do ponto 3:

- ✓ Alínea f) – Clientes
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea l) – Contas a Pagar
- ✓ Alínea m) – Fornecedores

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros		
	2016	2015
Clientes	480 399	598 829
Caixa e depósitos bancários	1 066 087	544 722
	1 546 487	1 143 551

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes

Clientes	2016	2015
Clientes gerais	698 983	656 206
Estado	13 864	11 569
Clientes Caução	-259 640	-251 248
Clientes por acréscimo	0	0
Clientes partes relacionadas Acionista Publico	18 009	151 338
Clientes em imparidade	229 685	260 403
Clientes perdas imparidade acumuladas	-220 503	-229 439
	480 399	598 829

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

Imparidades

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber	229 439	19 202	28137,45	220 503

b) Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo

Não aplicável

c) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade

Não aplicável

d) Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados

Não aplicável

e) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros

	2016	2015
Financiamento Obtidos	5 615 273	5 070 141
Outras contas a pagar	292 307	319 491
Passivos não correntes	5 907 580 €	5 389 632 €
Financiamento Obtidos	750 000	909 000
Fornecedores	1 487 889	1 816 651
Outras contas a pagar	1 581 880	1 640 760
Passivos correntes	3 819 769 €	4 366 411 €
	9 727 349	9 756 043

O detalhe dos financiamentos correntes e não correntes e respetivas condições são os indicados no quadro seguinte:

Detalhe dos Financiamentos		
	2016	2015
Não correntes		
Empréstimo Bancário BCP		1 512 500
Condições		Euribor 6m+0,7%
Empréstimo Bancário BCP		280 000
Condições		Euribor 6m+3,675%
Empréstimo Bancário BCP	4 000 000	
Condições	Euribor 6m+2,25%	
Empréstimo Bancário CA	139 362	149 728
Condições	Euribor 6m+1,5%	Euribor 6m+1,5%
Empréstimo Bancário BES		1 178 571
Condições		Euribor 3m+2%
Suprimentos		1 780 810
Condições		Euribor 6m
Locações Financeiras	54 504	168 533
Condições	Euribor 1m+0,8%	Euribor 1m+0,8%
	Euribor 1m+2,1%	Euribor 1m+2,1%
	Euribor 1m+2,25%	Euribor 1m+2,25%
	Euribor 1m+3%	Euribor 1m+3%
Correntes		
Empréstimo Bancário BCP	0	0
Condições	Euribor 30 d+2,875%	Euribor 30 d+2,875%
Empréstimo Bancário BIC	750 000	465 000
Condições	Euribor 3m+2%	Euribor 3m+2%
Empréstimo Bancário BES	0	444 000
Condições	Euribor 3m+6,5%	Euribor 3m+6,5%

f) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea a) deste ponto.

Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento		
	2016	2015
Juros obtidos	0	538
Juros de mora	1 917	2 219
Outros	0	0
Ganhos	1 918 €	2 757 €
Juros de financiamento obtidos	-108 197	-105 342
Juros de derivados financeiros		0
Juros de mora	-28 253	-187 273
Comissões e despesas com financiamento	-33 261	-3 314
Outros	0	-3 045
Perdas	-169 711 €	-298 974 €

Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 17.

Instrumentos de capital próprio:

Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 50.000€ e encontra-se totalmente realizado.

Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 10.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço

Não foram emitidos outros instrumentos de capital no período.

18. Divulgações exigidas por diplomas legais

Divulgação exigida pelo nº 1 do artº 66 – A do CSC

Natureza e o objetivo comercial das operações não incluídas no balanço e o respetivo impacte financeiro, quando os riscos ou os benefícios resultantes de tais operações sejam relevantes e na medida em que a divulgação de tais riscos ou benefícios seja necessária para efeitos de avaliação da situação financeira da sociedade;

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacte financeiro ou riscos e benefícios.

Divulgação exigida pelo nº 2 do artº 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria

Honorários

	2016	2015
Honorários pela Revisão Legal de Contas	7 500	7 500

19. Outras informações

Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos

	2016	2015
Impostos sobre Rendimento Coletivo	108 948	14 680
Imposto sobre Valor Acrescentado	29 421	111 624
Taxa de Recursos Hídricos e Gestão RSU	0	66 147
Saldos a Receber	138 369 €	192 450 €
Impostos sobre Rendimento Coletivo	-287 587	-81 117
Retenção Imposto sobre Rendimento	-18 233	-17 570
Imposto sobre Valor Acrescentado	0	0
Imposto de Selo	0	0
Segurança Social	-64 511	-62 173
Saldos a Pagar	-370 331 €	-160 861 €

Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos

	2016	2015
Seguros	175 952	3 685
Manutenção e Assistência	9 798	9 947
Stocks	22 086	19 048
Outros	425	262
Diferimentos Ativos	208 261 €	32 942 €
Subsídios à Exploração - POPH	9 988	9 988
Subsídios à Exploração - UrbanWater	27 090	27 090
Subsídios à Exploração - IEFP	0	-963
Diferimentos Passivos	37 078 €	36 115 €

Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos		
	2016	2015
Subcontratos	1 594 563	1 482 341
Trabalhos Especializados	1 167 723	1 063 842
Materiais	26 682	27 658
Energia e Fluidos	664 419	645 995
Deslocações Estadas e Transporte	10 097	16 703
Serviços Diversos	429 370	413 150
	3 892 855	3 649 689

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos		
	2016	2015
Rendimentos Suplementares	6 844	11 008
Descontos de ponto pagamento obtidos	0	31
Rendimentos e Ganhos em investimentos	5 029	6 400
Outros Rendimentos e Ganhos	97 578	146 946
	109 451	164 386

Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas		
	2016	2015
Impostos	55 510	21 712
Outros	158 754	18 354
	214 263	40 066

Garantias bancárias prestadas

Garantias Bancárias

Nº GARANTIA	BANCO EMISSOR	TERCEIRO BENEFICIÁRIO	DATA	MONTANTE
125-02-1448462	Banco Comercial Português, S.A.	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	39 752	37 500
Depósito Caução	Caixa Geral de Depósitos	Agência Portuguesa do Ambiente	41 523	1 000
00125-02-1927060	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	41 862	10 000
00125-02-1927079	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	41 862	10 000
00125-02-1951103	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	42 041	10 000
00125-02-1964643	Banco Comercial Português, S.A.	Rotas do Algarve Litoral, SA	42 137	20 000
				88 500

Litígios e Contingências

Transcrição do parecer do departamento jurídico:

“Os processos de cobrança, quer declarativos por oposição às injunções, quer executivos, compõem o contencioso da Taviraverde, constituindo a maioria dos processos.

Apesar do clima de dificuldades económicas que ainda se sente em Portugal, estes procedimentos têm permitido obter um ótimo retorno com valores de cobrança superiores a 53% (cinquenta e três por cento) e 66% (sessenta e três por cento) dos processos.

No pré-contencioso, i.e. cobrança antes e após injunção, a cobrança é superior a 64% (sessenta e quatro por cento), após a receção dos processos no DJ.

Em valor, destaca-se o contencioso que existe com a Águas do Algarve, relativo ao pagamento de Valores Mínimos Garantidos no âmbito do Contrato de Recolha de Saneamento.

Sobre a Taviraverde recaiu a responsabilidade e obrigação de proceder a remodelações profundas da rede municipal de recolha de saneamento, com incidência especial na área do centro da cidade, com custos que excederam 1.500.000,00€ e que implicaram a dedicação de tempo e recursos importantes entre 2007 e 2012. Relativamente à questão, transcreve-se um extrato do Parecer emitido sobre a matéria por CENOR – Consultores, S.A. em Março de 2014:

“10. Sendo do conhecimento generalizado e, portanto, da Águas do Algarve, a existência de infiltrações de água salgada na rede de coletores da zona baixa da cidade de Tavira, de difícil, demorada e dispendiosa solução e sem resultados totalmente garantidos, não se percebe porque é que a Águas do Algarve concebeu e projetou uma linha de tratamento desadequada a estes efluentes (lamas ativadas/tanque anóxico e UV) para a ETAR de Almargem, não precavendo a possibilidade de aparecimento de teores de cloretos elevados nestes efluentes e dilatando a sua entrega na ETAR, remetendo para o Município a tarefa tecnicamente complexa, demorada e dispendiosa de redução das infiltrações na rede, tendo a empresa Taviraverde realizado obras com custos de 696.459,945€ (*)

para o efeito. De referir que tecnicamente, trabalhos desta natureza por muito cuidadosamente preparados, são de difícil execução e de custos imprevisíveis.”

(*) Dados referenciados a 2013

Assim, quando a Águas do Algarve manifestou a sua intenção de proceder à cobrança de “Valores Mínimos Garantidos” de saneamento, a Taviraverde apresentou oposição com a devolução das faturas emitidas.

Iniciou-se então um contencioso que ainda corre termos nas instâncias administrativas, composto por três ações em primeira instância, a aguardar despacho saneador há mais de dois anos e por uma ação em fase de recurso em segunda instância, tendo a Taviraverde sido absolvida do pedido.

Nestas ações, a Taviraverde reclama a reposição dos custos em que incorreu com as obras supra referenciadas, no valor de 1.091.021,11€, bem como o recálculo dos Valores Mínimos Garantidos, nos termos previstos contratualmente.

Efetivamente, como resulta do Contrato de Recolha de Saneamento celebrado com a Águas do Algarve, que serve de fundamento aos pedidos judiciais supra, os Valores Mínimos Garantidos deveriam ser revistos na data da entrada em funcionamento do sistema.

O contrato de Concessão (celebrado entre o Estado Português e a Águas do Algarve) contem, no n.º 5 da cláusula 16.^a, a forma de recálculo/revisão dos Valores Mínimos Garantidos. Da aplicação desta fórmula resulta que o valor máximo devido pela Taviraverde, já considerando a atualização dos valores por inflação, será de 248.724,78 €.

E caso o cálculo dos Valores Mínimos Garantidos seja objeto de correção por efeito do atraso de cinco anos de início de funcionamento do sistema, não existem valores a pagar à Águas do Algarve.

Existe uma fundada expectativa de procedência desta fórmula de recálculo, dado que se ancora diretamente no texto contratual.


Por outro lado, verificam-se ainda outras circunstâncias, que afetam a possibilidade de procedência dos valores reclamados judicialmente:

Os valores peticionados pela Águas do Algarve não correspondem aos Valores Mínimos Garantidos indicados no Contrato, encontrando-se mal calculados em excesso de cerca de 300.000,00€, conforme já foi admitido pela Águas do Algarve;




Da aplicação da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, conforme acórdão de 30/06/2016, processo 1542/15 in

<http://www.dgsi.pt/jsta.nsf/35fbbbf22e1bb1e680256f8e003ea931/449f8a124ec397ab80257fe9003be275?OpenDocument>, e resulta que estão prescritos por decurso do prazo de dois anos, a fatura relativa ao ano de 2011 (Processo 126/14.3BELLE), no valor de 732.103,19€ e ainda a fatura relativa ao ano de 2007 (Processo 427/11.2BELLE), no valor de 423.474,38€.

Neste sentido foi emitido parecer pelo Departamento Jurídico da Taviraverde no sentido de que existe uma fundada expectativa de que a Taviraverde seja absolvida do pedido e as provisões efetuadas pela

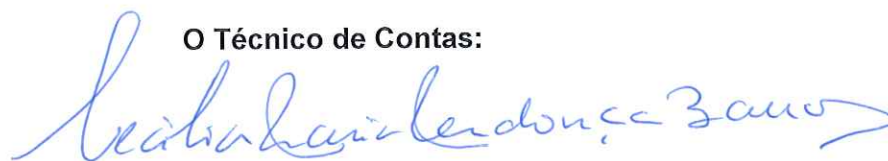


Taviraverde, a título cautelar, foram consideradas adequadas e suficientes à imprevisibilidade que resulta do contencioso em curso, aguardando-se que seja proferida uma primeira decisão nos processos judiciais em curso para se proceder à correção para o valor supra indicado, conforme deliberação do Conselho de Administração de 24 de janeiro de 2017".



Tavira, 01 de março de 2017

O Técnico de Contas:



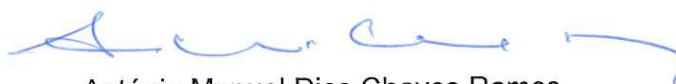
Cecília Maria Mendonça Barros

O Conselho de Administração



Jaime Luís Fernandes Costa

(Presidente)



António Manuel Dias Chaves Ramos

(Administrador)



João Pedro da Conceição Rodrigues

(Administrador)

A

RELATÓRIO E PARECER DO
FISCAL ÚNICO

[Faint handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 16.028.630 euros e um total de capital próprio de 5.105.849 euros, incluindo um resultado líquido de 861.738 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Taviraverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Isabel Paiva
Miguel Galvão
Anabela Peres
José Luis Nunes
Nuno Tavares

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

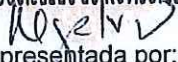
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identificamos incorreções materiais.

Faro, 17 de março de 2017

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


Representada por:
João Miguel Pinto Galvão, ROC n.º 587.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração de **Tavirverde – Empresa Municipal de Ambiente, E.M.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

1. RELATÓRIO

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa através do contacto regular com a administração, do exame dos documentos e registos e das informações e esclarecimentos prontamente prestados pelos seus diferentes órgãos e serviços.

O relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos legais e estatutários, reflectindo fiel e claramente a evolução dos negócios, os problemas e perspectivas da Sociedade. Igualmente o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas, das Alterações no Capital Próprio, os Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo estão organizados conforme as disposições legais.

Os critérios valorimétricos adoptados constam do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados e conduzem a uma correcta avaliação do património da empresa e dos resultados do exercício.

Referimos como parte integrante deste parecer a Certificação Legal das Contas, emitida nesta data, sem reservas nem ênfases.


2. PARECER

Assim e como resultado das informações recebidas e das verificações efectuadas, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e os restantes elementos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2016, bem como a proposta da aplicação de resultados.

Faro, 17 de março de 2017

O Fiscal Único
Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados, SROC, Lda

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas


Representada por :
(João Miguel Pinto Galvão, ROC nº 587)